



## Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Aroldo José de Lima**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*  
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*  
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*  
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*  
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*  
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*  
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*  
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*  
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*  
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*  
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*  
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*  
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*  
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*  
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Avila*  
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*  
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*  
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*  
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*  
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*  
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*  
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*  
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*  
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*  
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*  
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*  
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*  
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*  
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*  
Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva Passos*  
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*  
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*  
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*  
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

#### EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

#### DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais  
(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos  
Direitos Humanos  
(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcc@mpms.mp.br](mailto:caopjdcc@mpms.mp.br)

#### DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação  
Editoração eletrônica: Secretaria-Geral  
Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio  
CEP 79031-907 | Campo Grande- MS  
Telefone: (67) 3318-2054 | [dompms@mpms.mp.br](mailto:dompms@mpms.mp.br)

**SUMÁRIO**

Procuradoria-Geral de Justiça .....	2
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional .....	22
Comissão Permanente de Licitação.....	32
Secretaria de Recursos Humanos .....	33
Secretaria de Administração .....	39
Editais das Promotorias de Justiça .....	41

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.**

*Dispõe sobre aquisição de materiais e/ou contratação de serviços sob a forma de empenhos estimativos, no âmbito das Promotorias de Justiça do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**Considerando** a necessidade de uniformizar os procedimentos para aquisição de materiais e/ou contratação de serviços para as Promotorias de Justiça do interior do Estado por meio de empenhos estimativos;

**Considerando** a necessidade de tornar mais célere e otimizar o trâmite processual de aquisição e/ou contratação estimativa para as Promotorias de Justiça do interior do Estado;

**Considerando** a necessidade de reduzir custos financeiros, operacionais e ambientais associados à impressão e ao encaminhamento postal de documentos em meio físico à Procuradoria-Geral de Justiça;

**Considerando** a necessidade de regulamentar e uniformizar os documentos mínimos necessários para instrução de um processo de empenho estimativo de compras e/ou contratação de serviços, bem como sua forma de apresentação,

**RESOLVE:****CAPÍTULO I****Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º** O controle e a gestão das aquisições e/ou contratações por meio de Processo de Empenho Estimativo para as Promotorias de Justiça do interior no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul obedecerão ao disposto nesta Resolução.

**Art. 2º** Para fins desta Resolução, considera-se:

**I** - empenho estimativo: o empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente;

**II** - Sistema @SERVIÇOS: Sistema de gerenciamento de demandas (solicitações, requisições, incidentes, etc.);

**III** - nota externa: é uma funcionalidade do sistema @SERVIÇOS que permite a comunicação entre a Secretaria de Administração (SEAD) e o solicitante, para orientações quanto à documentação.

**Art. 3º** As aquisições e/ou contratações por meio de Processo de Empenho Estimativo para as Promotorias do interior do Estado ficarão restritas aos seguintes itens:

**I** - galão de água mineral;

**II** - botijão de gás;

**III** - serviço de jardinagem;

**IV** - serviço de limpeza de espelho d'água;

**V** - serviço de limpeza de calha;

**VI** - aplicação de ortopolifosfato.

**Parágrafo único.** Caso haja a necessidade de contratação de outros tipos de serviços e/ou materiais que não estejam contemplados neste artigo 3º, ficará a cargo da Secretaria-Geral deste Ministério Público Estadual deliberar sobre a solicitação.

**CAPÍTULO II****Do Fluxo para Abertura de Processo por Empenho Estimativo**

**Art. 4º** Para aquisição de materiais e/ou contratação de serviços por meio de Empenhos Estimativos, a Promotoria de Justiça solicitante deverá providenciar, no mínimo, 3 (três) orçamentos, especificando, de modo claro, quais serviços serão prestados e quais aquisições se farão necessárias para o ano subsequente, delimitando o quantitativo e a periodicidade para cada um, utilizando-se para isso os seguintes anexos desta Resolução:

**I** - Anexo I - Consulta de Preços – Galão de água mineral;

**II** - Anexo II - Consulta de Preços – Botijão de gás;

**III** - Anexo III - Consulta de Preços – Serviço de jardinagem (pessoa jurídica);

**IV** - Anexo IV - Consulta de Preços – Serviço de jardinagem (pessoa física);

**V** - Anexo V - Consulta de Preços – Serviço de limpeza de espelho d'água (pessoa jurídica);

**VI** - Anexo VI - Consulta de Preços – Serviço de limpeza de espelho d'água (pessoa física);

**VII** - Anexo VII - Consulta de Preços – Limpeza de calha (pessoa jurídica);

**VIII** - Anexo VIII - Consulta de Preços – Limpeza de calha (pessoa física);

**IX** - Anexo IX - Consulta de Preços – Aplicação de ortopolifosfato (pessoa jurídica);

**X** - Anexo X - Consulta de Preços – Aplicação de ortopolifosfato (pessoa física).

§ 1º Caso haja somente 1 (uma) ou no máximo 2 (duas) empresas fornecedoras interessadas em participar da pesquisa de preços na respectiva comarca, a Promotoria de Justiça deverá encaminhar justificativa por meio de certidão, conforme o Anexo XI desta Resolução.

§ 2º Quando se tratar de aquisição de gás de cozinha (botijão 13kg), a Promotoria de Justiça deverá informar ao fornecedor que o preço ofertado somente poderá sofrer reajuste mediante aumento formal por parte do Governo, do contrário o preço deverá ser mantido durante toda vigência da carta-contrato (até 31 de dezembro do ano seguinte).

§ 3º Quanto aos demais itens, a Promotoria de Justiça deverá informar aos fornecedores que o preço deverá ser mantido durante toda a vigência da carta-contrato (até 31 de dezembro do ano seguinte).

**Art. 5º** O Técnico I ou Técnico II lotado na Promotoria de Justiça do interior é o responsável pelos envios e recebimentos, junto aos fornecedores, dos documentos de que tratam os arts. 4º e 6º desta Resolução.

**Parágrafo único.** Nas Promotorias de Justiça em que não há a lotação de Técnico I ou Técnico II, a responsabilidade por executar as atribuições do *caput* deste artigo será do respectivo membro do Ministério Público.

**Art. 6º** A Promotoria de Justiça solicitante deverá selecionar, entre os orçamentos apresentados, aquele de menor valor e solicitar à empresa vencedora cópia dos seguintes documentos:

**I** - pessoa jurídica:

a) Contrato Social da Empresa (última alteração) ou Requerimento de Empresário Individual;

b) dados bancários da pessoa jurídica;

c) cópia dos documentos pessoais da pessoa competente para assinar a carta-contrato (RG, CPF, procuração, se for o caso);

d) certidões de regularidade da pessoa jurídica: certidão de regularidade junto ao FGTS, certidão negativa relativa às contribuições previdenciárias (CND) e certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

**II** - pessoa física:

a) cópia dos documentos pessoais (RG, CPF, PIS/NIT);

b) dados bancários da pessoa física;

c) certidão de regularidade do CPF.

§ 1º Nos casos de prestação de serviços com pessoa física, quando não isento, será retido o Imposto sobre Serviço (ISS) e também percentual do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Imposto de Renda (IR).

§ 2º Ocorrendo empate nas consultas de preços (orçamentos), a Promotoria de Justiça solicitante deverá decidir entre os fornecedores em situação de empate, com as devidas justificativas, adotando-se como critérios o bom fornecimento/prestação de serviços, a presteza no atendimento, entre outros itens relevantes.

### CAPÍTULO III

#### Do Período e da Forma para Envio da Documentação

**Art. 7º** O período para envio da documentação à qual se referem os arts. 4º e 6º deverá ocorrer anualmente entre 1º de novembro e 1º de dezembro, imprerivelmente, para usufruto no ano subsequente.

**Parágrafo único.** Caso a Promotoria de Justiça não cumpra com o período de envio da documentação, poderá ocasionar a demora ou a não formalização dos respectivos instrumentos contratuais, e consequentemente, a impossibilidade da prestação dos serviços e/ou do fornecimento de materiais.

**Art. 8º** Os orçamentos e a documentação mencionados deverão ser digitalizados e enviados à SEAD, exclusivamente pelo e-mail [seadserv@mpms.mp.br](mailto:seadserv@mpms.mp.br).

### CAPÍTULO IV

#### Da Instrução Processual

**Art. 9º** Após o recebimento da documentação pelo e-mail [seadserv@mpms.mp.br](mailto:seadserv@mpms.mp.br), a SEAD realizará a primeira análise,

verificando se todos os documentos necessários ao processo de contratação foram anexados, conforme o Capítulo II desta Resolução.

§ 1º Caso se verifique ausência de documentação, o *e-mail* será devolvido ao solicitante, por meio da elaboração de nota externa, com a devida orientação para que faça a complementação dos documentos.

§ 2º Ao receber o *e-mail* cientificando-lhe sobre a ausência de documentação, o solicitante deverá providenciar a complementação documental, qual deverá ser anexada como resposta ao *e-mail* em que recebeu as orientações, e enviar à SEAD, obedecido o prazo de 5 dias úteis.

**Art. 10.** Após a análise prévia e a validação feitas pela SEAD, a documentação será encaminhada ao Setor de Análise e Compras (SEACO) para providências.

**Art. 11.** De posse da documentação, o SEACO procederá à análise qualitativa da documentação, realizando a análise das informações prestadas/ofertadas na pesquisa de preço, bem como deverá checar a validade da documentação apresentada.

**Parágrafo único.** Caso haja necessidade de ajustes nas informações e/ou correções nas propostas ou documentos apresentados, o SEACO fará o contato diretamente com o fornecedor para alinhamento das informações prestadas.

**Art. 12.** Após a verificação da documentação, satisfeitos os padrões necessários para contratação, o SEACO elaborará planilha de custos do respectivo material ou serviço e memorando solicitando à Secretaria-Geral autorização para empenho do valor.

## CAPÍTULO V

### Da Formalização da Contratação

**Art. 13.** Após autorização da despesa pelo Secretário-Geral, o SEACO enviará ao fornecedor a nota de empenho e a carta-contrato para assinatura, formalizando oficialmente o vínculo contratual e a autorização de fornecimento do material e/ou a prestação de serviços.

**Parágrafo único.** A formalização da carta-contrato não gera nenhum tipo de obrigatoriedade de consumo, e o respectivo fornecimento de material e/ou prestação de serviços deverá ser precedido da emissão de requisição de material e/ou ordens de serviço, mediante real necessidade dos mesmos.

## CAPÍTULO VI

### Da Prestação dos Serviços ou Fornecimento dos Materiais

**Art. 14.** Para fornecimento do material ou a prestação do serviço contratado, a Promotoria de Justiça deverá emitir, obrigatoriamente uma ordem de serviço ou requisição de material ao contratado, utilizando-se para isso, os seguintes anexos desta Resolução:

**I** - Anexo XII – Ordem de Serviço; e

**II** - Anexo XIII – Requisição de Material.

§ 1º Em nenhuma hipótese a requisição terá data posterior à data de emissão da nota fiscal.

§ 2º Em nenhuma hipótese poderá haver a emissão de nota fiscal sem a prévia emissão da ordem de serviço ou requisição de material, bem como o seu efetivo recebimento.

**Art. 15.** Após a aquisição de materiais ou prestação de serviços, a empresa deverá emitir e entregar a nota fiscal diretamente à Promotoria de Justiça demandante, mencionando a qual período se refere, bem como a despesa e quantidade solicitada.

**Parágrafo único.** Nos casos de prestador de serviços pessoa física, a Promotoria de Justiça deverá preencher recibo, conforme o Anexo XIV desta Resolução, e colher assinatura do emitente.

**Art. 16.** A nota fiscal deverá ser preenchida com os seguintes dados:

**I** - Razão Social: Ministério Público Estadual;

**II** - CNPJ/MF: 03.983.541/0001-75;

**III** - Endereço: Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214 - Jardim Veraneio - CEP: 79.031-907 – Campo Grande-MS.

§ 1º As notas fiscais de materiais deverão, obrigatoriamente, ser do tipo eletrônica, estando dispensado de tal exigência apenas o Microempreendedor Individual (MEI), conforme prevê o Protocolo ICMS nº 42, de 3 de julho de 2009.

§ 2º As notas fiscais de prestação de serviços emitidas a este Ministério Público Estadual deverão, preferencialmente, ser do tipo eletrônica.

## CAPÍTULO VII

### Do Fluxo de Pagamento

**Art. 17.** As notas fiscais emitidas a este Ministério Público não poderão conter rasuras e deverão estar devidamente

preenchidas conforme os dados elencados no art. 16 desta Resolução.

**Art. 18.** Após verificação dos dados do documento fiscal, a Promotoria de Justiça fará o recebimento do mesmo e deverá providenciar cópia da requisição que deu causa ao fornecimento ou à prestação do serviço, para juntar à nota fiscal ou ao recibo.

**Art. 19.** A Promotoria de Justiça demandante deverá atestar a nota fiscal ou o recibo, no verso da mesma, contendo:

**I** - os seguintes dizeres: "*Atestamos a efetiva prestação da despesa, em condições satisfatórias para o Estado, conforme consta do presente documento*";

**II** - a data do recebimento e duas assinaturas, sendo uma delas a do membro do Ministério Público da comarca.

**Parágrafo único.** O membro do Ministério Público deverá observar o prazo de validade da nota fiscal no rodapé desta.

**Art. 20.** A nota fiscal ou o recibo atestados juntamente com a cópia da ordem de serviço ou requisição deverão ser encaminhados à SEAD, que providenciará os trâmites de pagamento.

## CAPÍTULO VIII

### Das Disposições Gerais

**Art. 21.** Fica vedada a utilização de qualquer recurso material, humano ou financeiro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na manutenção de bens particulares, exceto aqueles que se incluam nas hipóteses de cessão ou comodato.

**Art. 22.** Fica estabelecido o fluxograma do processo de aquisição de materiais e/ou contratação de serviços sob a forma de empenhos estimativos, no âmbito das Promotorias de Justiça do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, visando complementar esta Resolução, bem como representar a sequência das atividades desenvolvidas no referido processo, por meio da utilização de símbolos previamente concebidos e da descrição detalhada das atividades do processo.

**Parágrafo único.** O fluxograma e o Registro da Atividade do Processo serão disponibilizados na intranet.

**Art. 23.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

**Art. 24.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Ministério Público, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Grande, 16 de outubro de 2017.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

\*\*\*\*\*

## ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

**Consulta de Preços nº xx/Ano – Galão de Água Mineral**

**Ministério Público Estadual – Procuradoria-Geral de Justiça**

**CNPJ: 03.983.541/0001-75**

**Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214 - Jardim Veraneio – CEP. 79.031-907**

**Fone: (67) 3318-2072 / 3318-2073 / 3318-2074 / 3318-8931 / 3318-3905 – Fax: (67) 3326-4103**

-----  
Fornecedor:

CGC/CNPJ. Nº

Inscrição:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

E-mail:

**Dados Bancários (Obs.: pessoa jurídica)**

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

**Contato (Empresa):**

**Servidor Responsável pela Consulta de Preços:**

Solicitamos a V. Sa. que informe os preços dos materiais e/ou serviços abaixo relacionados:

Item	Un.	Especificação do produto/serviço	Qtd.	Marca	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
------	-----	----------------------------------	------	-------	--------------------	--------------------

01	Un.	Água Mineral (recarga), galão com 20 (vinte) litros. Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0. Acondicionada em garrafão plástico, transparente. Obs.: Deverá apresentar, na embalagem, expressamente, a composição química provável e as características físico-químicas da água e a data de validade.	1			
TOTAL						

Validade da proposta: 90 dias.

**Prazo de Entrega:..... dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, sob pena de aplicação das penalidades da Lei nº 8.666/93.**

**Obs.:**

1- O orçamento deve ser preenchido com letra de forma em todos os campos solicitados. Não havendo o material especificado, preencher no campo Valor Total – “**SEM COTAÇÃO**”.

2- Conforme disposto no artigo 15, § 4º, da Resolução nº 020/2016-PGJ, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, publicada no DOMP-MS nº 1358, de 12/9/2016 (páginas 02-10), “*para as operações de compra, a aceitação somente será efetivada quando o Departamento de Material e Patrimônio – DMP estiver de posse das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, dentre outras exigidas pela legislação, as quais serão posteriormente encaminhadas à Secretaria de Finanças – SEFIN*”.

**Preenchimento Obrigatório:**

**Possui Certidões Negativas Exigidas?**

**Tipo de Nota Fiscal**

**Nota Fiscal Eletrônica**

CND INSS Sim ( ) Não ( ) Produto ( ) Sim ( ) Não ( )  
 FGTS Sim ( ) Não ( ) Serviço ( )  
 CNDT (Débitos trabalhistas) Sim ( ) Não ( )

DATA\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Carimbo do CNPJ**

Assinatura e Identificação do Funcionário

\*\*\*\*\*

**ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017**

**Consulta de Preços nº xx/Ano – Botijão de Gás**

**Ministério Público Estadual – Procuradoria-Geral de Justiça**

**CNPJ: 03.983.541/0001-75**

**Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214 - Jardim Veraneio – CEP. 79.031-907**

**Fone: (67) 3318-2072 / 3318-2073 / 3318-2074 / 3318-8931 / 3318-3905 – Fax: (67) 3326-4103**

Fornecedor:

CGC/CNPJ. Nº

Inscrição:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

E-mail:

**Contato (Empresa):**

**Dados Bancários (Obs.: pessoa jurídica)**

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

**Servidor Responsável pela Consulta de Preços:**

Solicitamos a V. Sa. que informe os preços dos materiais e/ou serviços abaixo relacionados:

Item	Un.	Especificação do produto/serviço	Qtd.	Marca	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Un.	Botijão de Gás – GLP, 13Kg (recarga).	1			
TOTAL						

Validade da proposta: 90 dias

**Prazo de Entrega:..... dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, sob pena de aplicação das penalidades da Lei nº 8.666/93.**

**Obs.:**

1- O orçamento deve ser preenchido com letra de forma em todos os campos solicitados. Não havendo o material especificado, preencher no campo Valor Total – “**SEM COTAÇÃO**”.

2- Conforme disposto no artigo 15, § 4º, da Resolução nº 020/2016-PGJ, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, publicada no DOMP-MS nº 1358, de 12/9/2016 (páginas 02-10), “*para as operações de compra, a aceitação somente será efetivada quando o Departamento de Material e Patrimônio – DMP estiver de posse das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, dentre outras exigidas pela legislação, as quais serão posteriormente encaminhadas à Secretaria de Finanças – SEFIN*”.

**Preenchimento Obrigatório:**

**Possui Certidões Negativas Exigidas?**

**Tipo de Nota Fiscal**

**Nota Fiscal Eletrônica**

CND INSS Sim ( ) Não ( )

Produto ( )

Sim ( ) Não ( )

FGTS Sim ( ) Não ( )

Serviço ( )

CNDT (Débitos trabalhistas) Sim ( ) Não ( )

**Carimbo do CNPJ**

DATA\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura e Identificação do Funcionário

\*\*\*\*\*

**ANEXO III DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017**

**Consulta de Preços nº xx/Ano – Serviço de Jardinagem (Pessoa Jurídica)**

**Ministério Público Estadual – Procuradoria-Geral de Justiça**

**CNPJ: 03.983.541/0001-75**

**Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214 - Jardim Veraneio – CEP. 79.031-907**

**Fone: (67) 3318-2072 / 3318-2073 / 3318-2074 / 3318-8931 / 3318-3905 – Fax: (67) 3326-4103**

Fornecedor:

CGC/CNPJ. Nº

Inscrição:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

E-mail:

**Contato (Empresa):**

**Dados Bancários (Obs.: pessoa jurídica)**

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

**Servidor Responsável pela Consulta de Preços:**

Solicitamos a V. Sa. que informe os preços dos materiais e/ou serviços abaixo relacionados:

Item	Un.	Serviços de manutenção utilizados pela Promotoria de Justiça (preencher os campos abaixo)	Qtd.	Valor Mensal R\$
01	Serv.	<b>1. Jardinagem</b> 1.1 Corte de grama ( ) 1.2 Poda de árvores ( ) 1.3 Aplicação de adubo e inseticida ( ) 1.4 Retirada de resíduos provenientes da execução dos serviços ( ) <b>Frequência de realização dos serviços de jardinagem</b> Mensal ( ) quinzenal ( ) semanal ( )	1	

Validade da proposta: 90 dias.

**Prazo de Entrega:..... dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, sob pena de aplicação das penalidades da Lei nº 8.666/93.**

**Obs.:**

1- O orçamento deve ser preenchido com letra de forma em todos os campos solicitados. Não havendo o material especificado, preencher no campo Valor Total – “**SEM COTAÇÃO**”.

2- Conforme disposto no artigo 15, § 4º, da Resolução nº 020/2016-PGJ, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, publicada no DOMP-MS nº 1358, de 12/9/2016 (páginas 02-10), “*para as operações de compra, a aceitação somente será efetivada quando o Departamento de Material e Patrimônio – DMP estiver de posse das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, dentre outras exigidas pela legislação, as quais serão posteriormente encaminhadas à Secretaria de Finanças – SEFIN*”.

### Preenchimento Obrigatório:

#### Possui Certidões Negativas Exigidas?

#### Tipo de Nota Fiscal

#### Nota Fiscal Eletrônica

CND INSS Sim ( ) Não ( ) Produto ( ) Sim ( ) Não ( )  
 FGTS Sim ( ) Não ( ) Serviço ( )  
 CNDT (Débitos trabalhistas) Sim ( ) Não ( )

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura e Identificação do Funcionário

#### Carimbo do CNPJ

\*\*\*\*\*

### ANEXO IV DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

#### Consulta de Preços nº xx/ano – Serviço de Jardinagem (Pessoa Física)

Ministério Público Estadual – Procuradoria-Geral de Justiça

CNPJ: 03.983.541/0001-75

Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214 - Jardim Veraneio – CEP. 79.031-907

Fone: (67) 3318-2072 / 3318-2073 / 3318-2074 / 3318-8931 / 3318-3905 – Fax: (67) 3326-4103

Fornecedor:

CPF. Nº

RG:

Nº PIS/PASEP ou NIT

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Contato (Empresa):

Dados Bancários (Obs.: pessoa física)

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

Servidor Responsável pela Consulta de Preços:

Solicitamos a V. Sa. que informe os preços dos materiais e/ou serviços abaixo relacionados:

Item	Un.	Serviços de manutenção utilizados pela Promotoria de Justiça (preencher os campos abaixo)	Qtd.	Valor Mensal R\$
01	Serv.	<b>1. Jardinagem</b> 1.1 Corte de grama ( ) 1.2 Poda de árvores ( ) 1.3 Aplicação de adubo e inseticida ( ) 1.4 Retirada de resíduos provenientes da execução dos serviços ( ) <b>Frequência de realização dos serviços de jardinagem</b> Mensal ( ) quinzenal ( ) semanal ( )	1	

Validade da proposta: 90 dias.

**Prazo de Entrega:..... dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, sob pena de aplicação das penalidades da Lei nº 8.666/93**

**Obs.:**

1- O orçamento deve ser preenchido com letra de forma em todos os campos solicitados. Não havendo o material especificado, preencher no campo Valor Total – “**SEM COTAÇÃO**”.

2- Conforme disposto no artigo 15, § 4º, da Resolução nº 020/2016-PGJ, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, publicada no DOMP-MS nº 1358, de 12/9/2016 (páginas 02-10), “*para as operações de compra, a aceitação*



somente será efetivada quando o Departamento de Material e Patrimônio – DMP estiver de posse das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, dentre outras exigidas pela legislação, as quais serão posteriormente encaminhadas à Secretaria de Finanças – SEFIN”.

**Preenchimento Obrigatório:**

<b>Possui Certidões Negativas Exigidas?</b>	<b>Tipo de Nota Fiscal</b>	<b>Nota Fiscal Eletrônica</b>
CND INSS                      Sim ( )    Não ( )	Produto ( )	Sim ( )    Não ( )
FGTS                          Sim ( )    Não ( )	Serviço ( )	
CNDT (Débitos trabalhistas) Sim ( )    Não ( )		

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura e Identificação do Funcionário

\*\*\*\*\*

**ANEXO V DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017****Consulta de Preços nº xx/ano – Serviço de Limpeza de Espelho D'Água (Pessoa Jurídica)****Ministério Público Estadual – Procuradoria-Geral de Justiça****CNPJ: 03.983.541/0001-75****Rua Presidente Manoel Ferraz de Campos Salles, nº 214 - Jardim Veraneio – CEP. 79.031-907****Fone: (67) 3318-2072 / 3318-2073 / 3318-2074 / 3318-8931 / 3318-3905 – Fax: (67) 3326-4103**

Fornecedor:

CGC/CNPJ. Nº

Inscrição:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

E-mail:

**Contato (Empresa):****Dados Bancários (Obs.: Pessoa Jurídica)**

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

**Servidor Responsável pela Consulta de Preços:**

Solicitamos a V. Sa. que informe os preços dos materiais e/ou serviços abaixo relacionados:

Item	Und.	Serviços de manutenção utilizados pela Promotoria de Justiça (preencher os campos abaixo)	Qtd.	Valor Mensal R\$
01	Serv.	Manutenção e limpeza de espelho d'água Frequência de realização dos serviços de manutenção e limpeza de espelho d'água: Mensal ( ) quinzenal ( ) semanal ( )	1	

Validade da proposta: 90 dias.

**Prazo de Entrega:..... dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, sob pena de aplicação das penalidades da Lei nº 8.666/93.****Obs.:**

1- O orçamento deve ser preenchido com letra de forma em todos os campos solicitados. Não havendo o material especificado, preencher no campo Valor Total – “SEM COTAÇÃO”.

2- Conforme disposto no artigo 15, § 4º, da Resolução nº 020/2016-PGJ, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, publicada no DOMP-MS nº 1358, de 12/9/2016 (páginas 02-10), “para as operações de compra, a aceitação somente será efetivada quando o Departamento de Material e Patrimônio – DMP estiver de posse das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, dentre outras exigidas pela legislação, as quais serão posteriormente encaminhadas à Secretaria de Finanças – SEFIN”.

**Preenchimento Obrigatório:**

<b>Possui Certidões Negativas Exigidas?</b>	<b>Tipo de Nota Fiscal</b>	<b>Nota Fiscal Eletrônica</b>
CND INSS                      Sim ( )    Não ( )	Produto ( )	Sim ( )    Não ( )

FGTS Sim ( ) Não ( ) Serviço ( )  
 CNDT (Débitos trabalhistas) Sim ( ) Não ( )

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura e Identificação do Funcionário

Carimbo do CNPJ

\*\*\*\*\*

# ANEXO VI DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

**Consulta de Preços nº xx/ano – Serviço de Limpeza de Espelho D'Água (Pessoa Física)**

**Ministério Público Estadual – Procuradoria-Geral de Justiça**

**CNPJ: 03.983.541/0001-75**

**Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214 - Jardim Veraneio – CEP. 79.031-907**

**Fone: (67) 3318-2072 / 3318-2073 / 3318-2074 / 3318-8931 / 3318-3905 – Fax: (67) 3326-4103**

Fornecedor:

CPF. Nº

RG:

Nº PIS/PASEP ou NIT

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

E-mail:

**Contato (Empresa):**

**Dados Bancários (Obs.: pessoa física)**

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

**Servidor Responsável pela Consulta de Preços:**

Solicitamos a V. Sa. que informe os preços dos materiais e/ou serviços abaixo relacionados:

Item	Un.	Serviços de manutenção utilizados pela Promotoria de Justiça (preencher os campos abaixo)	Qtd.	Valor Mensal R\$
01	Serv.	Manutenção e limpeza de espelho d'água Frequência de realização dos serviços de manutenção e limpeza de espelho d'água: Mensal ( ) quinzenal ( ) semanal ( )	1	

Validade da proposta: 90 dias.

**Prazo de Entrega:..... dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, sob pena de aplicação das penalidades da Lei nº 8.666/93.**

**Obs.:**

1- O orçamento deve ser preenchido com letra de forma em todos os campos solicitados. Não havendo o material especificado, preencher no campo Valor Total – “SEM COTAÇÃO”.

2- Conforme disposto no artigo 15, § 4º, da Resolução nº 020/2016-PGJ, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, publicada no DOMP-MS nº 1358, de 12/9/2016 (páginas 02-10), “para as operações de compra, a aceitação somente será efetivada quando o Departamento de Material e Patrimônio – DMP estiver de posse das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, dentre outras exigidas pela legislação, as quais serão posteriormente encaminhadas à Secretaria de Finanças – SEFIN”.

**Preenchimento Obrigatório:**

**Possui Certidões Negativas Exigidas?**

**Tipo de Nota Fiscal**

**Nota Fiscal Eletrônica**

CND INSS

Sim ( )

Não ( )

Produto ( )

Sim ( )

Não ( )

FGTS

Sim ( )

Não ( )

Serviço ( )

CNDT (Débitos trabalhistas) Sim ( ) Não ( )

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura e Identificação do Funcionário

\*\*\*\*\*

**ANEXO VII DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017****Consulta de Preços nº xx/ano – Serviço de Limpeza de Calha (Pessoa Jurídica)****Ministério Público Estadual – Procuradoria-Geral de Justiça****CNPJ: 03.983.541/0001-75****Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214 - Jardim Veraneio – CEP. 79.031-907****Fone: (67) 3318-2072 / 3318-2073 / 3318-2074 / 3318-8931 / 3318-3905 – Fax: (67) 3326-4103**

Fornecedor:

CGC/CNPJ. Nº

Inscrição:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

E-mail:

**Contato (Empresa):****Dados Bancários (Obs.: pessoa jurídica)**

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

**Servidor Responsável pela Consulta de Preços:**

Solicitamos a V. Sa. que informe os preços dos materiais e/ou serviços abaixo relacionados:

Item	Un.	Serviços de manutenção utilizados pela Promotoria de Justiça (Preencher os campos abaixo)	Qtd.	Valor Mensal R\$
01	Serv.	Limpeza de calha Frequência de realização dos serviços de limpeza de calha Mensal ( ) quinzenal ( ) semanal ( )	1	

Validade da proposta: 90 dias.

**Prazo de Entrega:..... dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, sob pena de aplicação das penalidades da Lei nº 8.666/93.****Obs.:**1- O orçamento deve ser preenchido com letra de forma em todos os campos solicitados. Não havendo o material especificado, preencher no campo Valor Total – **“SEM COTAÇÃO”**.

2- Conforme disposto no artigo 15, § 4º, da Resolução nº 020/2016-PGJ, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, publicada no DOMP-MS nº 1358, de 12/9/2016 (páginas 02-10), “para as operações de compra, a aceitação somente será efetivada quando o Departamento de Material e Patrimônio – DMP estiver de posse das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, dentre outras exigidas pela legislação, as quais serão posteriormente encaminhadas à Secretaria de Finanças – SEFIN”.

**Preenchimento Obrigatório:****Possui Certidões Negativas Exigidas?****Tipo de Nota Fiscal****Nota Fiscal Eletrônica**

CND INSS

Sim ( ) Não ( )

Produto ( )

Sim ( ) Não ( )

FGTS

Sim ( ) Não ( )

Serviço ( )

CNDT (Débitos trabalhistas) Sim ( ) Não ( )

DATA\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura e Identificação do Funcionário

**Carimbo do CNPJ**

\*\*\*\*\*

**ANEXO VIII DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017****Consulta de Preços nº xx/ano – Serviço de Limpeza de Calha (Pessoa Física)****Ministério Público Estadual – Procuradoria-Geral de Justiça****CNPJ: 03.983.541/0001-75****Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214 - Jardim Veraneio – CEP. 79.031-907**

Fone: (67) 3318-2072 / 3318-2073 / 3318-2074 / 3318-8931 / 3318-3905 – Fax: (67) 3326-4103

Fornecedor:

CPF. Nº

RG:

Nº PIS/PASEP ou NIT

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

E-mail:

**Contato (Empresa):**

**Dados Bancários (Obs.: pessoa física)**

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

**Servidor Responsável pela Consulta de Preços:**

Solicitamos a V. Sa. que informe os preços dos materiais e/ou serviços abaixo relacionados:

Item	Un.	Serviços de manutenção utilizados pela Promotoria de Justiça (Preencher os campos abaixo)	Qtd.	Valor Mensal R\$
01	Serv.	Limpeza de calha Frequência de realização dos serviços de limpeza de calha Mensal ( ) quinzenal ( ) semanal ( )	1	

Validade da proposta: 90 dias.

**Prazo de Entrega:..... dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, sob pena de aplicação das penalidades da Lei nº 8.666/93.**

**Obs.:**

1- O orçamento deve ser preenchido com letra de forma em todos os campos solicitados. Não havendo o material especificado, preencher no campo Valor Total – “SEM COTAÇÃO”.

2- Conforme disposto no artigo 15, § 4º, da Resolução nº 020/2016-PGJ, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, publicada no DOMP-MS nº 1358, de 12/9/2016 (páginas 02-10), “para as operações de compra, a aceitação somente será efetivada quando o Departamento de Material e Patrimônio – DMP estiver de posse das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, dentre outras exigidas pela legislação, as quais serão posteriormente encaminhadas à Secretaria de Finanças – SEFIN”.

**Preenchimento Obrigatório:**

**Possui Certidões Negativas Exigidas?**

**Tipo de Nota Fiscal**

**Nota Fiscal Eletrônica**

CND INSS

Sim ( ) Não ( )

Produto ( )

Sim ( ) Não ( )

FGTS

Sim ( ) Não ( )

Serviço ( )

CNDT (Débitos trabalhistas) Sim ( ) Não ( )

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura e Identificação do Funcionário

\*\*\*\*\*

#### ANEXO IX DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

**Consulta de Preços nº xx/ano – Serviço de Aplicação de Ortopolifosfato (Pessoa Jurídica)**

**Ministério Público Estadual – Procuradoria-Geral de Justiça**

**CNPJ: 03.983.541/0001-75**

**Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214 - Jardim Veraneio – CEP. 79.031-907**

**Fone: (67) 3318-2072 / 3318-2073 / 3318-2074 / 3318-8931 / 3318-3905 – Fax: (67) 3326-4103**

Fornecedor:

CGC/CNPJ. Nº

Inscrição:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

E-mail:

**Contato (Empresa):****Dados Bancários (Obs.: pessoa jurídica)**

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

**Servidor Responsável pela Consulta de Preços:**

Solicitamos a V. Sa. que informe os preços dos materiais e/ou serviços abaixo relacionados:

Item	Un	Especificação do produto/serviço	Qtd.	Marca	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Serv.	Serviço de aplicação de ORTOPOLIFOSFATO, para tratamento de água potável na Promotoria de Justiça da comarca de XXX/MS. Obs.: os serviços serão executados trimestralmente.	1			
<b>TOTAL</b>						

Validade da proposta: 90 dias.

**Prazo de Entrega:..... dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, sob pena de aplicação das penalidades da Lei nº 8.666/93.**

**Obs.:**

1- O orçamento deve ser preenchido com letra de forma em todos os campos solicitados. Não havendo o material especificado, preencher no campo Valor Total – “**SEM COTAÇÃO**”.

2- Conforme disposto no artigo 15, § 4º, da Resolução nº 020/2016-PGJ, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, publicada no DOMP-MS nº 1358, de 12/9/2016 (páginas 02-10), “*para as operações de compra, a aceitação somente será efetivada quando o Departamento de Material e Patrimônio – DMP estiver de posse das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, dentre outras exigidas pela legislação, as quais serão posteriormente encaminhadas à Secretaria de Finanças – SEFIN*”.

**Preenchimento Obrigatório:****Possui Certidões Negativas Exigidas?****Tipo de Nota Fiscal****Nota Fiscal Eletrônica**

CND INSS

Sim ( ) Não ( )

Produto ( )

Sim ( ) Não ( )

FGTS

Sim ( ) Não ( )

Serviço ( )

CNDT (Débitos trabalhistas) Sim ( ) Não ( )

**Carimbo do CNPJ**

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura e Identificação do Funcionário

\*\*\*\*\*

**ANEXO X DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017****Consulta de Preços nº xx/ano – Serviço de Aplicação de Ortopolifosfato (Pessoa Física)**

Ministério Público Estadual – Procuradoria-Geral de Justiça

CNPJ: 03.983.541/0001-75

Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214 - Jardim Veraneio – CEP. 79.031-907

Fone: (67) 3318-2072 / 3318-2073 / 3318-2074 / 3318-8931 / 3318-3905 – Fax: (67) 3326-4103

Fornecedor:

CPF. Nº

RG:

Nº PIS/PASEP ou NIT

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

E-mail:

**Contato (Empresa):****Dados Bancários (Obs.: pessoa física)**

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

**Servidor Responsável pela Consulta de Preços:**

Solicitamos a V. Sa. que informe os preços dos materiais e/ou serviços abaixo relacionados:

Item	Un.	Especificação do produto/serviço	Qtd.	Marca	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Serv.	Serviço de aplicação de ORTOPOLIFOSFATO, para tratamento de água potável na Promotoria de Justiça da comarca de XXX/MS. Obs.: os serviços serão executados trimestralmente.	1			
<b>TOTAL</b>						

Validade da proposta: 90 dias.

**Prazo de Entrega:..... dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, sob pena de aplicação das penalidades da Lei nº 8.666/93.**

**Obs.:**

1- O orçamento deve ser preenchido com letra de forma em todos os campos solicitados. Não havendo o material especificado, preencher no campo Valor Total – “**SEM COTAÇÃO**”.

2- Conforme disposto no artigo 15, § 4º, da Resolução nº 020/2016-PGJ, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, publicada no DOMP-MS nº 1358, de 12/9/2016 (páginas 02-10), “*para as operações de compra, a aceitação somente será efetivada quando o Departamento de Material e Patrimônio – DMP estiver de posse das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, dentre outras exigidas pela legislação, as quais serão posteriormente encaminhadas à Secretaria de Finanças – SEFIN*”.

#### Preenchimento Obrigatório:

**Possui Certidões Negativas Exigidas?**

**Tipo de Nota Fiscal**

**Nota Fiscal Eletrônica**

CND INSS Sim ( ) Não ( )

Produto ( )

Sim ( ) Não ( )

FGTS Sim ( ) Não ( )

Serviço ( )

CNDT (Débitos trabalhistas) Sim ( ) Não ( )

**Carimbo do CNPJ**

DATA\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura e Identificação do Funcionário

\*\*\*\*\*

#### ANEXO XI DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

##### CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que encaminhei (por fax, por *e-mail* ou pessoalmente) a Consulta de Preços nº xx/ano, para o fornecimento de água/gás ou serviço de jardinagem ou monitoramento, para XX empresas, na comarca de XXX/MS, e apenas 1 ou 2 (uma/ou duas) empresas demonstraram interesse e ofertaram orçamento. Por ser verdade, firmo o presente.

Local e data.

**Responsável**

*Cargo*

\*\*\*\*\*

#### ANEXO XII DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Ordem de Execução de Serviço nº xx/ano

**DE:**

Xª Promotoria de Justiça de Local – Fone: XXXX-XXXX

Fax: XXXX-XXXX e-mail:

**PARA:****DADOS DO FORNECEDOR****ASSUNTO:**

Conforme o Contrato nº xx/PGJ/ANO, vinculada ao Processo nº PGJ/XX/XXXX/ANO, autorizamos executar os serviços abaixo discriminados, à conta do Ministério Público Estadual – PGJ, inscrito no CNPJ 03.983.541/0001-75, localizado à Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº214 - Jardim Veraneio – Campo Grande-MS.

Atenciosamente,

Data:

Assinatura e Carimbo

Quantidade	Especificação do Serviço	Valor Unitário	Total

\*\*\*\*\*

**ANEXO XIII DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017****REQUISIÇÃO Nº XX/ANO****DE: Xª Promotoria de Justiça de XXXXXXXXXXXX**

Fone:

Fax:

E-mail:

**PARA:** Dados do Fornecedor**ASSUNTO:**

Conforme a Carta-Contrato nº XX/ANO/PGJ, de xx.xx.xxxx, solicitamos fornecer os materiais abaixo discriminados à conta do Ministério Público Estadual - PGJ – Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214 Jardim Veraneio – Campo Grande-MS, com CNPJ nº 03.983.541/0001-75.

Atenciosamente,

Data: xx.xx.xxxx

Assinatura e Carimbo:

Quantidade	Especificação do Serviço	Valor Unitário	Total

\*\*\*\*\*

## ANEXO XIV DA RESOLUÇÃO Nº 24/2017-PGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

<b>RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO</b>	<b>Nº DO RECIBO</b>		
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL</b>	CNPJ		
	<b>03.983.541/0001-75</b>		
RECEBI DO ÓRGÃO PÚBLICO ACIMA IDENTIFICADO, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE _____			
A IMPORTÂNCIA DE _____			
<b>CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO:</b>			
<b>DADOS DO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL</b>	<b>DEMONSTRATIVO</b>		
Nome:	<b>I - VALOR DO SERVIÇO PRESTADO</b>	<b>R\$</b>	<b>XX,XX</b>
PIS/PASEP/NIT/INSS:	<b>DESCONTOS:</b>		
	II - INSS (11%)	<b>R\$</b>	<b>xx,xx</b>
CPF:	III - IRRF	<b>R\$</b>	<b>xx,xx</b>
	IV - ISS (5%)	<b>R\$</b>	<b>xx,xx</b>
Endereço:	V -	<b>R\$</b>	<b>-</b>
	<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>R\$</b>	<b>XX,XX</b>
Telefone:	_____		
	<b>ASSINATURA</b>		
<b>LOCAL E DATA</b>	<b>NOME COMPLETO</b>		

## REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

O **PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

**Conceder** férias aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14, 15 e 17 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue (Port. nº 3496/2017-PGJ, de 10.10.2017):

- Regulamentares

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Afonso Luiz Taveira	2015/2016	16.10 a 4.11.2017			5 a 14.11.2017
Ana Paula Perusso de Lima	2016/2017	15.10 a 3.11.2018			18 a 27.10.2017
Andrezza Barbosa dos Anjos	2016/2017	6 a 15.11.2017	4 a 13.6.2018		7 a 16.2.2018
Aydil Carneiro de Souza	2016/2017	1º a 10.11.2017	9 a 18.1.2018		11 a 20.11.2017
Beatriz Almeida Ribeiro	2015/2016	12 a 31.1.2018			23.10 a 1º.11.2017
Beatriz Andrade de Azevedo	2016/2017	5 a 24.2.2018			1º a 10.11.2017
Beatriz dos Reis Medina	2016/2017	19.11 a 8.12.2018			20 a 29.11.2017
Camila Mara Machado	2014/2015	20 a 29.11.2017	11 a 20.12.2017		1º a 10.11.2017
Carla Janaina Barbosa	2016/2017	6 a 15.12.2017	5 a 14.3.2018		22.11 a 1º.12.2017
Carlos Augusto dos Santos	2016/2017	27.11 a 6.12.2017	27.8 a 5.9.2018		6 a 15.11.2017
Carlos Henrique de Brito Gomes	2015/2016	6 a 15.11.2017	10 a 19.9.2018		26.11 a 5.12.2017
Cecília Soares de Paiva	2014/2015	6.11 a 5.12.2017			



Cecilio Leandro Echeverria	2015/2016	15.2 a 6.3.2018			6 a 15.11.2017
Cenir Teodoro Vieira	2016/2017	6 a 25.8.2018			13 a 22.11.2017
Clayton Macedo Oliveira	2016/2017	15.11 a 4.12.2017			5 a 14.11.2017
Cleide Silva de Souza	2016/2017	1º a 20.6.2018			1º a 10.11.2017
Cleizy Mara Romeiro	2015/2016	20.11 a 9.12.2017	19 a 28.3.2018		
Cristiane Aparecida Cazeiro	2015/2016	20 a 29.11.2017	8 a 27.1.2018		
Diogo Banzer da Motta	2016/2017	16.11 a 5.12.2017			6 a 15.11.2017
Edmundo Tsuyoshi Ikeda	2014/2015	6 a 15.11.2017	4 a 13.12.2017		16 a 25.10.2017
Elizangela Cristina Paes da Silva	2014/2015	13 a 22.11.2017	19 a 28.2.2018		18 a 27.1.2018
Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta	2014/2015	16 a 25.11.2017	2 a 11.5.2018		6 a 15.11.2017
Fábio Maick da Silva	2013/2014	6 a 25.11.2017			26.11 a 5.12.2017
Fernanda Carneiro de Jesus	2014/2015	23.10 a 1º.11.2017	4 a 13.6.2018		2 a 11.10.2017
Gabriel Damião Amaral Silveira	2016/2017	11 a 20.9.2017	31.1 a 9.2.2018		1º a 10.12.2017
Géssyca Ramires Matos	2014/2015	9 a 18.11.2017	22 a 31.1.2018		20 a 29.11.2017
Gillielen Laura Alves Lobo Ruso	2016/2017	6 a 15.11.2017	19 a 28.2.2018		25.10 a 3.11.2017
Glauce Ruas Lagoas da Silva	2014/2015	20 a 29.11.2017	21 a 30.5.2018		1º a 10.12.2017
Guaraci Mendes da Silva	2016/2017	30.11 a 19.12.2017			20 a 29.11.2017
Handreza Oviedo Alves Martins	2016/2017	11 a 20.12.2017	9 a 18.7.2018		13 a 22.9.2017
Ilkia Larissa Bumbieris Queiroz	2015/2016	20 a 29.11.2017	14 a 23.2.2018		8 a 17.11.2017
Irene Távora de Souza Silva	2015/2016	6 a 15.10.2017	26.2 a 7.3.2018		4 a 13.12.2017
Italo Felipe de Matos	2016/2017	30.11 a 19.12.2017			20 a 29.11.2017
Joel Gonçalves Coelho	2015/2016	25.9 a 4.10.2017	20 a 29.11.2017		15 a 24.1.2018
Juliana Andréia Thaler Martini	2016/2017	23.10 a 1º.11.2017	2 a 11.4.2018	22 a 31.8.2018	
Juliana de Oliveira Ayala	2015/2016	6 a 15.11.2017	21 a 30.5.2018		28.11 a 7.12.2017
Juliana Keiko Arakaki	2016/2017	9 a 28.10.2017	2 a 11.4.2018		
Juliana Santos Amaral	2016/2017	5 a 14.12.2017	8 a 17.1.2018		1º a 10.11.2017
Karine Oliveira Souza	2015/2016	16.11 a 15.12.2017			
Lailene Couto Penteado	2015/2016	6.11 a 5.12.2017			
Leonardo Rodrigues de Matos	2012/2013	20.11 a 9.12.2017			10 a 19.12.2017
Liliane Rosa da Silva	2014/2015	16 a 25.11.2017	1º a 10.2.2018		1º a 10.11.2017
Lincoln Ricardo Miglioli Bauermeister	2016/2017	6 a 15.11.2017	2 a 11.7.2018		20 a 29.11.2017
Lucas Pereira de Queiroz	2016/2017	20 a 29.11.2017	15 a 24.2.2018		4 a 13.12.2017
Luis Henrique da Silva Marques	2016/2017	6 a 15.11.2017	2 a 21.5.2018		
Maria Aparecida de Oliveira Santana França	2016/2017	6 a 15.11.2017	29.1 a 7.2.2018		16 a 25.11.2017
Milton Estevão Corrêa	2014/2015	30.11 a 19.12.2017	15 a 24.2.2018		
Naira Santana de Oliveira	2016/2017	13.11 a 2.12.2017	31.1 a 9.2.2018		
Nilson Antonio Verga	2016/2017	23.11 a 12.12.2017			13 a 22.11.2017
Pâmella Polli Curcino da Silva Dutra	2016/2017	16 a 25.10.2017	26.3 a 4.4.2018		4 a 13.12.2017
Paulo Márcio da Silva Soeira	2013/2014	10 a 19.12.2017	4 a 13.6.2018		6 a 15.11.2017
Pierre Karlos Brito Kitizo	2014/2015	7 a 26.5.2018			20 a 29.11.2017
Priscilla Garcia de Sousa Maksoud Machado	2015/2016	2 a 21.10.2017			1º a 10.9.2017
Raphaela Gonsales Gomes Gheno	2016/2017	20 a 29.11.2017	1º a 10.3.2018		30.11 a 9.12.2017
Rodrigo de Souza Passos	2014/2015	2 a 16.3.2017	20 a 24.11.2017		25.10 a 3.11.2017
Ronald de Souza Gomes da Silva	2016/2017	15.11 a 14.12.2017			
Ronaldo Guimarães de Ávila Júnior	2016/2017	16.11 a 5.12.2017	15 a 24.2.2018		
Rony Pedroso Vasques	2016/2017	4 a 13.12.2017	12 a 21.3.2018		1º a 10.11.2017
Sandra Quadros Paim Rolim	2015/2016	8 a 27.1.2018			23.10 a 1º.11.2017
Sérgio Frederico Pott Junior	2016/2017	6 a 15.11.2017	15 a 24.2.2018		16 a 25.11.2017
Silviane Leite Pires do Espírito Santo	2013/2014	14.5 a 2.6.2018			20 a 29.11.2017
Thelma Martinez Lima	2015/2016	18.7 a 6.8.2018			1º a 10.11.2017
Valricia Miranda de Oliveira	2016/2017	28.11 a 7.12.2017	1º a 10.8.2018		6 a 15.11.2017
Vanoni Torraca Junior	2013/2014	20 a 29.11.2017	8 a 17.1.2018		1º a 10.12.2017
Vítor Ávila Barsotti	2016/2017	11 a 20.12.2017	4 a 13.7.2018		6 a 15.11.2017
Wilson Flores Velasques	2016/2017	6 a 15.11.2017	9 a 18.4.2018		16 a 25.11.2017
Yohhan Teruya	2016/2017	22.11 a 1º.12.2017	20 a 29.3.2018		4 a 13.12.2017
Zuldeni Ferreira Camozzato	2016/2017	19 a 28.9.2017	8 a 17.1.2018	2 a 11.7.2018	

- Remanescentes

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Anna Carolinne de Freitas Silva	2012/2013	6 a 10.11.2017
		2 a 11.5.2018
Beatriz Andrade de Azevedo	2015/2016	6 a 20.10.2017
Carlos Henrique de Brito Gomes	2014/2015	11 a 15.12.2017
		19 a 28.2.2018
Cassius Marcelus da Cruz Bandeira	2015/2016	16 a 30.10.2017
Christiane Naomi Hiratsuka	2013/2014	16 a 30.10.2017
Claudia Cintra Pereira Neves Regasso	2015/2016	13 a 17.11.2017
		18 a 27.1.2018
Fábio Maick da Silva	2012/2013	5 a 18.2.2018
Géssyca Ramires Matos	2012/2013	30.10 a 8.11.2017
Gina de Rezende Matias	2015/2016	31.7 a 14.8.2017

Guilherme da Matta Massarotto	2014/2015	23 a 27.10.2017
Janaina Bortoloto	2014/2015	16 a 23.10.2017
Jéssica Carli de Oliveira	2015/2016	16 a 30.10.2017
Juliana de Oliveira Ayala	2014/2015	16 a 20.10.2017
Juliana Dutra	2014/2015	1º a 10.10.2018
Juliana Santos Amaral	2015/2016	16 a 18.10.2017
Marcelo Arce Cathcart Ferreira	2015/2016	20.11 a 4.12.2017
Mariucha Segatto Chadid	2016/2017	20 a 29.9.2017
Ofélia Letícia Soares da Silva	2013/2014	6 a 20.11.2017
Priscilla Garcia de Sousa Maksoud Machado	2014/2015	16 a 30.11.2017
Rosângela Bonacina Milgarefe	2014/2015	20 a 29.9.2017
Silviane Leite Pires do Espírito Santo	2012/2013	6 a 10.11.2017
Suzete dos Santos Bezerra	2015/2016	16 a 25.5.2018
Thiago de Souza da Silva	2014/2015	25 a 29.9.2017
Thiago Simioli Holsback	2015/2016	6 a 15.11.2017
Valdemilson Massayoshi Thaada	2010/2011	2 a 11.10.2017
		21 a 25.11.2017
		11 a 15.9.2017
		27.9 a 6.10.2017
		16 a 20.10.2017
		8 a 17.1.2018
		16 e 17.11.2017

**(a) Humberto de Matos Brittes**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Designar** a Procuradora de Justiça **Irma Vieira de Santana e Anzoategui** para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Procuradoria de Justiça Cível, no período de 16.10 a 4.11.2017, em razão de férias do titular, *Belmires Soles Ribeiro* (Port. nº 3519/2017-PGJ, de 16.10.2017).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

**Estabelecer** a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de outubro de 2017, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue (Port. nº 3502/2017-PGJ, de 16.10.2017:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA</b>			
7 e 8.10.2017	1ª PJ de Fátima do Sul	Romão Avila Milhan Junior	99941-7123
11 a 15.10.2017	PJ de Glória de Dourados	Andréa de Souza Resende	99933-8637
21 e 22.10.2017	2ª PJ de Ivinhema	Juliana Martins Zaupe	99825-9158
28 e 29.10.2017	1ª PJ de Angélica	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952
<b>REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL</b>			
7 e 8.10.2017	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
11 a 15.10.2017	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691
21 e 22.10.2017	2ª PJ de Rio Brilhante	Rosalina Cruz Cavagnolli	98478-2024
28 e 29.10.2017	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 98122-6050 99905-8114
<b>REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA</b>			
7 e 8.10.2017	1ª PJ de Nova Andradina	Alexandre Rosa Luz	99984-4982
11 a 15.10.2017	PJ de Batayporã	Bianka Machado Arruda Mendes	99922-9568
21 e 22.10.2017	2ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
28 e 29.10.2017	3ª PJ de Nova Andradina	Fabrizio Secafen Mingati	98478-2027
<b>REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU</b>			
7 e 8.10.2017	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
11 a 15.10.2017	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
21 e 22.10.2017	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
28 e 29.10.2017	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
<b>REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAQUEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO</b>			

7 e 8.10.2017	1ª PJ de Mundo Novo	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538
11 a 15.10.2017	PJ de Eldorado	Felipe Almeida Marques	99312-6009
21 e 22.10.2017	PJ de Sete Quedas	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
28 e 29.10.2017	1ª PJ de Mundo Novo	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538
<b>REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ</b>			
7 e 8.10.2017	2ª PJ de Naviraí	Daniel Pivaro Stadniky	99963-0050
11 a 15.10.2017	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	98121-1881
21 e 22.10.2017	1ª PJ de Naviraí	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355
28 e 29.10.2017	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottili Dias	99980-3294
<b>REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI E PONTA PORÃ</b>			
7 e 8.10.2017	3ª PJ de Ponta Porã	Gisleine Dal Bó	99965-5105
11 a 15.10.2017	2ª PJ de Amambai	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	98478-2073
21 e 22.10.2017	1ª PJ de Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068
28 e 29.10.2017	2ª PJ de Ponta Porã	Patricia Icassati Almirão	99985-9192
<b>REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ</b>			
7 e 8.10.2017	6ª PJ	Marcos Martins de Brito	99825-0713
11 a 15.10.2017	4ª PJ	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho	98478-2065
21 e 22.10.2017	2ª PJ	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	98478-2107
28 e 29.10.2017	3ª PJ	Rodrigo Correa Amaro	98478-2111
<b>REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI</b>			
7 e 8.10.2017	1ª PJ de Anastácio	Mariana Rocha Rubini	99312-5218
11 a 15.10.2017	1ª PJ de Miranda	Talita Zoccolaro Papa Muritiba	99244-7079
21 e 23.10.2017	PJ de Terenos	Eduardo de Araujo Portes Guedes	99933-2073
28 e 29.10.2017	1ª PJ de Anastácio	Mariana Rocha Rubini	99312-5218
<b>REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA</b>			
7 e 8.10.2017	2ª PJ de Coxim	Daniella Costa da Silva	98478-2397
11 a 15.10.2017	3ª PJ de Coxim	Rodrigo Cintra Franco	99686-9580
21 e 22.10.2017	PJ de Sonora	Adriano Barrozo da Silva	99690-7677
28 e 29.10.2017	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Buckner	99922-8507
<b>REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA</b>			
7 e 8.10.2017	2ª PJ de Cassilândia	Aline Mendes Franco Lopes	98111-7616
11 a 15.10.2017	2ª PJ de Cassilândia	Aline Mendes Franco Lopes	98111-7616
21 e 22.10.2017	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2032
28 e 29.10.2017	1ª PJ de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti	99677-3534
<b>REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO</b>			
7 e 8.10.2017	1ª PJ de Aparecida do Taboado	Oscar de Almeida Bessa Filho	98478-1495
11 a 15.10.2017	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
21 e 22.10.2017	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
28 e 29.10.2017	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
<b>REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS</b>			
7 e 8.10.2017	8ª PJs	Luciano Anechini Lara Leite	98111-0405
11 a 15.10.2017	5ª PJ	Daniela Araujo Lima da Silva	98116-4569
21 e 22.10.2017	4ª PJ	Ana Cristina Carneiro Dias	98127-5060
28 e 29.10.2017	9ª PJ	Moisés Casarotto	99933-0622
<b>REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU</b>			
7 e 8.10.2017	PJ Brasilândia	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
11 a 15.10.2017	PJ de Ribas do Rio Pardo	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	99312-3974
21 e 22.10.2017	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
28 e 29.10.2017	PJ de Ribas do Rio Pardo	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	99312-3974
<b>REGIÃO 15 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO</b>			
7 e 8.10.2017	PJ de Bandeirantes	Victor Leonardo de Miranda Taveira	99933-4292
11 a 15.10.2017	PJ de Rio Negro	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978
21 e 22.10.2017	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380
28 e 29.10.2017	1ª PJ de Camapuã	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678
<b>REGIÃO 16 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA</b>			
7 e 8.10.2017	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518
11 a 15.10.2017	PJ Porto Murtinho	Juliana Pellegrino Vieira	99312-3912
21 e 22.10.2017	PJ de Bela Vista	William Marra Silva Junior	98462-9239
28 e 29.10.2017	PJ de Bela Vista	William Marra Silva Junior	98462-9239

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

**Estabelecer** a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao mês de outubro de 2017, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue (Port. nº 3512/2017-PGJ, de 16.10.2017):

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>COMARCA DE DOURADOS</b>			
4 (18h01min) a 10.10.2017 (7h59min)	10ª	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	98478-2087
11 (18h01min) a 18.10.2017 (7h59min)	5ª	Claudio Rogerio Ferreira Gomes	98478-2087

18 (18h01min) a 25.10.2017 (7h59min)	16ª	Ricardo Rotunno	98478-2087
25.10 (18h01min) a 1º.11.2017 (7h59min)	5ª	Claudio Rogerio Ferreira Gomes	98478-2087

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Estabelecer** a escala de atuação dos Promotores de Justiça nas audiências de custódia na comarca de Corumbá, referente ao mês de outubro de 2017, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 33/2015-PGJ, de 16.10.2015, conforme segue (Port. nº 3513/2017-PGJ, de 16.10.2017):

DIA	PROMOTOR DE JUSTIÇA
1º.10.2017	Luciano Bordignon Conte
2.10.2017	Luciano Bordignon Conte
3.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
4.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
5.10.2017	Marcos Martins de Brito
6.10.2017	Marcos Martins de Brito
7.10.2017	Marcos Martins de Brito
8.10.2017	Marcos Martins de Brito
9.10.2017	Luciano Bordignon Conte
10.10.2017	Luciano Bordignon Conte
11.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
12.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
13.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
14.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
15.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
16.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
17.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
18.10.2017	Marcos Martins de Brito
19.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
20.10.2017	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina
21.10.2017	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina
22.10.2017	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina
23.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
24.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
25.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
26.10.2017	Marcos Martins de Brito
27.10.2017	Rodrigo Correa Amaro
28.10.2017	Rodrigo Correa Amaro
29.10.2017	Rodrigo Correa Amaro
30.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho
31.10.2017	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 036/2015-PGJ, de 6.11.2015,

**R E S O L V E:**

**Designar** a 1ª Promotora de Justiça de Corumbá, **Viviane Zuffo Vargas Amaro**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca, em prorrogação, a partir de 13.10.2017 (Port. nº 3514/2017-PGJ, de 16.10.2017).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Indicar** ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça **Ludmila de Paula Castro Silva**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 7ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 14.10.2017 (Port. nº 3515/2017-PGJ, de 16.10.2017).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Designar** o 4º Promotor de Justiça de Corumbá, **Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho**, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de

14.10.2017; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3437/2016-PGJ, de 29.11.2016, na parte que designou a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva (Port. nº 3516/2017-PGJ, de 16.10.2017).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**RESOLVE:**

**Conceder** à Promotora de Justiça **Luz Marina Borges Maciel Pinheiro** 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 7.7.2014 e 10.7.2016, a serem usufruídos nos dias 19 e 20.10.2017, nos termos dos artigos 2º, 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015 (Port. nº 3517/2017-PGJ, de 16.10.2017).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**RESOLVE:**

**Designar** o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, **Luciano Anechini Lara Leite**, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca, a partir de 13.10.2017, pelo período de 1 (um) ano; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 588/2017-PGJ, de 21.2.2017, que designou a Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura (Port. nº 3518/2017-PGJ, de 16.10.2017).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**RESOLVE:**

**Indicar** ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir (Port. nº 3520/2017-PGJ, de 16.10.2017):

PROMOTOR DE JUSTIÇA	ZE	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
Marcos Martins de Brito	7ª	16 a 25.10.2017	Férias	Ludmila de Paula Castro Silva
Michel Maesano Mancuelho	14ª	16.10 a 14.11.2017	Férias	Douglas Silva Teixeira

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**RESOLVE:**

**Designar** a 3ª Promotora de Justiça de Três Lagoas, **Rosana Suemi Fuzita Irikura**, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 13.10.2017 (Port. nº 3521/2017-PGJ, de 16.10.2017).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**RESOLVE:**

**Designar** o Promotor de Justiça Substituto **Anthony Allison Brandão Santos** para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos procedimentos e audiências extrajudiciais da Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, a partir de 4.10.2017, até ulterior deliberação; e tornar sem efeito a Portaria nº 3386/2017-PGJ, de 3.10.2017 (Port. nº 3522/2017-PGJ, de 16.10.2017).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**RESOLVE:**

**Conceder** ao Promotor de Justiça **Marcos André Sant’Ana Cardoso** 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 14 e 15.6, 12 e 13.7, e 2.8.2014, a serem usufruídos nos dias 16, 17, 18, 19 e 20.10.2017, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015 (Port. nº 3523/2017-PGJ, de 16.10.2017).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**RESOLVE:**

**Designar** o 3º Promotor de Justiça de Coxim, **Rodrigo Cintra Franco**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Promotoria de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 16 a 20.10.2017, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Marcos André Sant’Ana Cardoso (Port. nº 3524/2017-PGJ, de 16.10.2017).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

## RESOLVE:

**Designar** o 8º Promotor de Justiça de Campo Grande, **José Luiz Rodrigues**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e de Cartas Precatórias Cíveis da referida Comarca, no dia 17.10.2017, em razão de férias da Promotora de Justiça Regina Dornte Broch (Port. nº 3526/2017-PGJ, de 16.10.2017).

**(a) Humberto de Matos Brittes**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL****EDITAL Nº 004/2017-PSE-DIREITO–Comarca de Mundo Novo**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio das **PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUNDO NOVO**, torna públicas as notas preliminares dos candidatos no **PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DAS PROMOTORIAS DA COMARCA DE MUNDO NOVO** referente ao **EDITAL Nº 001/2017-PSE-DIREITO–Comarca de Mundo Novo**.

Mundo Novo/MS, 6 de outubro de 2017.

**Fábio Adalberto Cardoso de Moraes**

Promotor de Justiça Substituto

**NOTAS PRELIMINARES**

CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA SUBJETIVA	TOTAL
ANA CAROLINE LAUREANO	3,25	3,01	<b>6,26</b>
LOHANA ESTRIOTTO ALMEIDA	2,5	1,55	<b>4,05</b>
KAIQUE HUDSON BRASIL	AUSENTE	AUSENTE	<b>AUSENTE</b>
NILTON BECKAUSER DA SILVA	3,25	2,88	<b>6,13</b>
PATRICIA SANTOS LOURENÇO	AUSENTE	AUSENTE	<b>AUSENTE</b>
GABRIELA CORDEIRO GRESCHUK	3,75	4,06	<b>7,81</b>
THIAGO SAVIO DA SILVA	3,50	1,00	<b>4,50</b>
EMANUELA DE SOUZA NERI	AUSENTE	AUSENTE	<b>AUSENTE</b>
PAULA RENATA RODRIGUES DA SILVA	AUSENTE	AUSENTE	<b>AUSENTE</b>
THALITA BEZERRA DA SILVA	1,75	0,58	<b>2,33</b>
ABHNER BESSING CAMPELO DE SOUZA	2,00	1,25	<b>3,25</b>
PAULA CAMARGO DE LIMA	2,50	1,30	<b>3,80</b>
KATHLEEN LARA URAGUE DE OLIVEIRA	2,25	0,10	<b>2,35</b>
RODRIGO HAZARA BATISTA	2,00	0,25	<b>2,25</b>
STHEFANY SCHIAVINI	1,25	0,25	<b>1,50</b>
MARCELO DOS SANTOS	2,25	2,88	<b>5,13</b>
WENDRYLL HILARIO SILVA	AUSENTE	AUSENTE	<b>AUSENTE</b>
LARISSA FERREIRA DOS SANTOS	2,75	3,06	<b>5,81</b>
ANDIARA CASSIANA PAVANELLI BRANDÃO	2,75	1,43	<b>4,18</b>
VALENTINA ALVES DOS REIS	AUSENTE	AUSENTE	<b>AUSENTE</b>
CATUIANE GONSALVES DA SILVA	1,75	0,25	<b>2,00</b>
CAROLINA RIBEIRO MORAIS	AUSENTE	AUSENTE	<b>AUSENTE</b>
ORAMA CAMILLE DE SOUZA	AUSENTE	AUSENTE	<b>AUSENTE</b>
PATRICK RAYRAN DOS SANTOS POLINI	AUSENTE	AUSENTE	<b>AUSENTE</b>
LUAN VINICIUS CARDOSO TEIXEIRA	AUSENTE	AUSENTE	<b>AUSENTE</b>
THAMIRES ESTRIOTTO MOURÃO DA SILVA	AUSENTE	AUSENTE	<b>AUSENTE</b>
MICHELE DA SILVA HAUBRICHT	1,25	0,78	<b>2,03</b>

**AVISO Nº 028/CEAF-2017**

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017, de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1.560, de 4 de agosto de 2017, **DIVULGA**, conforme Anexo I do presente Aviso, os locais disponíveis para a escolha de vagas a fim de exercer o estágio, e ainda, **CONVOCA** os candidatos aprovados **Bacharéis em Direito Nível Pós-Graduação** nomeados e que apresentaram documentação no prazo estabelecido nos avisos n. 024/2017, para **audiência pública DE escolha DE**

**lotação.**

Os candidatos convocados deverão comparecer para audiência pública, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos de documento com foto.

No momento da chamada o candidato terá seu nome anunciado, conforme a ordem estabelecida abaixo, por no máximo três vezes, e não se fazendo identificar, será reposicionado para o último lugar na fila de escolha de lotação, havendo nova tentativa, a título de segunda chamada, anunciando-se o seu nome após concluída a primeira chamada, nesta mesma ocasião.

\* O Candidato que não comprovar a celebração de convênio da instituição de ensino onde se acha matriculado com o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, até a data da audiência pública de escolha de lotação, de sua respectiva região, não poderá exercer seu direito de escolha no dia fixado neste Aviso, passando seu nome para o final da lista.

**1) CANDIDATOS DA REGIÃO DE CAMPO GRANDE**, que apresentaram documentação no dia 09 de outubro de 2017.

CANDIDATO	POSIÇÃO
LUCAS ARTIOLI BARREA	1
BRUNA ROTA FRANCO	2
PÂMELA DIAS SALGADO	3
YASMIN APARECIDA RODRIGUES REZENDE	4
NATHÁLIA SANTA CATHARINA POESTER	5
QUEREN HAPUK DE OLIVEIRA PESSOA	6
JULIANA MOTA ZIRBES	7
FLAVIA SOUZA DE ALMEIDA	8
FRANCIELLE ROCHA LIZ	9
AMANDA REGINA CITRON	10
BRENO RODRIGUES DE FREITAS	11
BARBARA BARROS MACHADO BOGALHO * **	12
FELIPE AQUINO PAZ SACCENTI	13
ANA HELLEN ALVES COSTA	14
ADRIELLE PERALTA LAITART * **	15
TALIANE LEMES CAFURE	16
MICHAEL MASAAKE YAMAUCHI RODRIGUES	17
ESTER NASCIMENTO SOUZA DA SILVA	18
SUYANE PEREIRA DA SILVA LIUTI	19
MARCEL MIGLIOLI DE MENDONÇA	20
WALESKA SANCHES DAVES	21
IONARA LIMA MARTINES	22
ANTÔNIO LEONARDO AMORIM	23
ESTER MOTA GIMENEZ	24
LÚCIO JOSÉ COSTA BARBOSA	25
RENATA GIOVANA RECH	26
HUDSON RIBEIRO ROLON	27

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

DIA	HORÁRIO	LOCAL
19.10.2017	08h30min	Auditório do Edifício da Procuradoria Geral de Justiça– R Presidente Manoel Ferraz de Campos Salles, nº 214 – Jardim Veraneio, Campo Grande - MS

**2) CANDIDATOS DA REGIÃO DE DOURADOS**, que apresentaram documentação em 09 de outubro de 2017.

CANDIDATO	POSIÇÃO
MARIANE TELÓ	1
ANA MARIA ALMEIDA	2
GABRIELLE NAKASE OTSUBO	3
MARIANA RODRIGUES ZAMPROGNA	4
LAÍSA CARNEIRO FERNANDES	5
ANA KAROLINE NASSIF	6

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

DIA	HORÁRIO	LOCAL
19.09.2017	14h	Auditório do Edifício das Promotorias de Justiça de Dourados – Rua João Corrêa Neto nº 400 – Jardim Santo Antônio, Dourados – MS

**\*\* Pendente de celebração de convênio.**

Campo Grande, 16 de outubro de 2017.

**a) NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

Coordenadora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional em Substituição

**ANEXO I DO AVISO Nº 028/CEAF-2017**

<b>CAMPO GRANDE</b>		
<b>CONCURSO DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>		
<b>COMARCA</b>	<b>PROMOTORIA DE JUSTIÇA</b>	<b>TITULAR PROMOTOR (A)</b>
Campo Grande	<b>1ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições:</i> feitos pares distribuídos à 1ª Vara de Família, à Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e cumprimento de cartas precatórias cíveis em geral e às Varas de Execução Fiscal.	Juliane Cristina Gomes
Campo Grande	<b>2ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições:</i> feitos pares distribuídos à 2ª Vara de Família e nos feitos distribuídos à Vara de Sucessões.	Kristiam Gomes Simões
Campo Grande	<b>7ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições:</i> feitos ímpares distribuídos à 1ª Vara de Família, à Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e cumprimento de cartas precatórias cíveis em geral e às Varas de Execução Fiscal.	Reynaldo Hilst Mattar
Campo Grande	<b>11ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições:</i> feitos distribuídos à 1ª Vara Criminal e procedimentos da CIP.	Grazia Strobel da Silva Gaifatto
Campo Grande	<b>14ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições:</i> feitos distribuídos à 3ª Vara Criminal e procedimentos da CIP.	Marcelo Ely
Campo Grande	<b>16ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições:</i> feitos distribuídos à 4ª Vara Criminal e procedimentos da CIP.	Luciana Moreira Schenk
Campo Grande	<b>17ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições:</i> feitos distribuídos à 4ª Vara Criminal e procedimentos da CIP.	Clovis Amauri Smaniotto
Campo Grande	<b>29ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições:</i> como Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social, compete: a) instaurar inquérito civil, procedimento preparatório ou procedimento de investigação preliminar, de ofício ou a requerimento dos interessados, ou, ainda, por recomendação do Procurador-Geral de Justiça ou do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, ajuizar ação civil pública visando à proteção do patrimônio público e/ou à reparação de danos ao erário; b) promover as medidas cíveis e criminais por atos de improbidade administrativa definidos na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), na Lei nº 10.028/2000 (Crimes Contra as Finanças Públicas), na Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), na Lei nº 9.613/98 (Lei de Lavagem de Dinheiro) e nas demais legislações relativas à improbidade administrativa; c) instaurar procedimento de investigação criminal e/ou requisitar e acompanhar inquéritos policiais visando à apuração de crimes, e ajuizar ação penal para a tutela do patrimônio público, especificamente nos crimes contra a Administração Pública, crimes contra as finanças públicas, crimes definidos na Lei de Licitações, e os definidos na Lei de Improbidade Administrativa; d) expedir recomendação dirigida a órgãos públicos e a entidades privadas, com vista à prevenção de condutas lesivas ao patrimônio público e à melhoria das atividades ligadas a sua área de atuação; e) adotar medidas administrativas ou judiciais visando à reparação dos danos causados por delito, no caso de o titular do direito lesado ser pobre; f) velar pela proteção do patrimônio público, adotando preventivamente medidas administrativas ou judiciais visando, especialmente: 1. a adoção de medidas destinadas à prevenção de danos ao erário, por intermédio de campanhas educativas visando à divulgação dos princípios norteadores da Administração Pública: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência; 2. a adoção de medidas de prevenção de danos ao erário, por meio de interação entre os órgãos de execução e os órgãos públicos e entidades privadas, visando ao combate à corrupção; 3. a adoção de medidas judiciais destinadas à prevenção de danos ao erário; g) subsidiar os órgãos superiores da administração do Ministério Público do Estado na definição de políticas e programas ligados à defesa do patrimônio público; h) sugerir a elaboração ou alteração das normas em vigor pertinentes ao patrimônio público; i) promover a interação do Ministério Público do Estado com órgãos públicos e entidades privadas, objetivando integração de esforços e, quando for o caso, o desenvolvimento de ações conjuntas ou simultâneas em defesa do patrimônio público; j) adotar medidas preservacionais que visem primordialmente à adoção de medidas preventivas e/ou medidas corretivas visando	Adriano Lobo Viana de Resende



	à recomposição do patrimônio público e social, mediante a celebração de termo de ajustamento de conduta; k) acompanhar o integral cumprimento dos termos de ajustamento de conduta celebrados no âmbito dos inquéritos civis, nos procedimentos preparatórios e nas ações civis públicas; l) dar cumprimento às cartas precatórias referentes às atribuições das respectivas Promotorias de Justiça	
Campo Grande	<p><b>30ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> como Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social, compete: a) instaurar inquérito civil, procedimento preparatório ou procedimento de investigação preliminar, de ofício ou a requerimento dos interessados, ou, ainda, por recomendação do Procurador-Geral de Justiça ou do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, ajuizar ação civil pública visando à proteção do patrimônio público e/ou à reparação de danos ao erário; b) promover as medidas cíveis e criminais por atos de improbidade administrativa definidos na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), na Lei nº 10.028/2000 (Crimes Contra as Finanças Públicas), na Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), na Lei nº 9.613/98 (Lei de Lavagem de Dinheiro) e nas demais legislações relativas à improbidade administrativa; c) instaurar procedimento de investigação criminal e/ou requisitar e acompanhar inquéritos policiais visando à apuração de crimes, e ajuizar ação penal para a tutela do patrimônio público, especificamente nos crimes contra a Administração Pública, crimes contra as finanças públicas, crimes definidos na Lei de Licitações, e os definidos na Lei de Improbidade Administrativa; d) expedir recomendação dirigida a órgãos públicos e a entidades privadas, com vista à prevenção de condutas lesivas ao patrimônio público e à melhoria das atividades ligadas a sua área de atuação; e) adotar medidas administrativas ou judiciais visando à reparação dos danos causados por delito, no caso de o titular do direito lesado ser pobre; f) velar pela proteção do patrimônio público, adotando preventivamente medidas administrativas ou judiciais visando, especialmente: 1. a adoção de medidas destinadas à prevenção de danos ao erário, por intermédio de campanhas educativas visando à divulgação dos princípios norteadores da Administração Pública: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência; 2. a adoção de medidas de prevenção de danos ao erário, por meio de interação entre os órgãos de execução e os órgãos públicos e entidades privadas, visando ao combate à corrupção; 3. a adoção de medidas judiciais destinadas à prevenção de danos ao erário; g) subsidiar os órgãos superiores da administração do Ministério Público do Estado na definição de políticas e programas ligados à defesa do patrimônio público; h) sugerir a elaboração ou alteração das normas em vigor pertinentes ao patrimônio público; i) promover a interação do Ministério Público do Estado com órgãos públicos e entidades privadas, objetivando integração de esforços e, quando for o caso, o desenvolvimento de ações conjuntas ou simultâneas em defesa do patrimônio público; j) adotar medidas preservacionais que visem primordialmente à adoção de medidas preventivas e/ou medidas corretivas visando à recomposição do patrimônio público e social, mediante a celebração de termo de ajustamento de conduta; k) acompanhar o integral cumprimento dos termos de ajustamento de conduta celebrados no âmbito dos inquéritos civis, nos procedimentos preparatórios e nas ações civis públicas; l) dar cumprimento às cartas precatórias referentes às atribuições das respectivas Promotorias de Justiça</p>	Marcos Alex Vera de Oliveira
Campo Grande	<p><b>32ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> a) fiscalizar o cumprimento da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, notadamente: 1. a regularidade, necessidade e execução dos convênios e contratos firmados entre o Sistema Único de Saúde – SUS e entidades sem fins lucrativos e filantrópicas, além daquelas entidades de iniciativa privada e profissionais liberais voltados à promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como o cumprimento do disposto no artigo 38 da lei supra; 2. as execuções das atividades de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de assistência terapêutica e farmacêutica; 3. a gratuidade e universalidade das ações e serviços de saúde nos setores públicos e privados contratados; b) fiscalizar a formação e o funcionamento dos Comitês e Conselhos de Saúde instituídos no âmbito de Campo Grande, bem como os repasses dos recursos aos Fundos de Saúde do Estado e deste município, e: 1. participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do(s) Conselho(s) do(s) qual(is) for membro e das que reputar necessárias; 2. velar pelo cumprimento das decisões do(s) Conselho(s) de Saúde, fiscalizando a atuação dos gestores de saúde, requisitando os relatórios de gestão e comunicando ao(s) Conselho(s) toda e qualquer irregularidade no âmbito de suas atribuições; 3. proferir palestras, realizar reuniões com a comunidade em geral, com agentes de saúde, e com entidades públicas e privadas com o intuito de esclarecer os direitos dos cidadãos na área da saúde; c) fiscalizar a formação, o funcionamento e a aplicação do Fundo de Saúde do município de Campo Grande, mediante requisições de todas as informações que entender pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde e, acompanhar a transferência de recursos para o financiamento de ações não-previstas nos planos de saúde nos casos excepcionais de calamidade pública e situações emergenciais; d) inspecionar periodicamente a</p>	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan

	<p>regularidade dos livros e guias de atendimento dos estabelecimentos hospitalares beneficiados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, requisitando, se necessário, as sindicâncias que venham a ser instauradas no âmbito interno dos hospitais ou pelo Conselho Regional de Medicina; e) proceder ao levantamento e à fiscalização dos profissionais, dos plantões médicos, dos equipamentos e materiais das entidades públicas e privadas de atendimento aos pacientes beneficiados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, bem como o efetivo cumprimento da carga horária dos profissionais da área médica; f) fiscalizar o fornecimento de medicamentos previstos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME e na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUNE, observando a forma de aquisição junto aos fornecedores e, sobretudo, a data de validade e o correto armazenamento. No âmbito dos estabelecimentos farmacêuticos, velar pela exigência da receita médica para aquisição de remédios e presença de farmacêutico em período integral; g) exercer controle das internações psiquiátricas involuntárias e das respectivas altas, na rede de saúde pública e privada de Campo Grande, nos termos do § 1º do art. 8º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001; h) instaurar procedimento de apuração de abandono e/ou maus-tratos a pessoa com doença mental, propondo ação de interdição naqueles casos em que não houver condições de tutela ou curatela por parentes ou cônjuge (art. 1.769 do Código Civil); i) realizar periodicamente inspeções nos serviços prestados à comunidade, na área de saúde mental, por meio das instituições hospitalares, clínicas e instituições similares, públicas e privadas, visando ao fiel cumprimento da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001</p>	
Campo Grande	<p><b>33ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> a) oficiar nos feitos oriundos da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, de natureza cível (ações relativas ao poder familiar - destituição, suspensão e restituição -; adoção nacional e internacional; medidas de proteção; pedidos de providências; procedimento especial de menor; habilitação para adoção; guarda; tutela; execução e cumprimento de sentença; alvará judicial; suprimimento judicial; autorização de viagem nacional e internacional; cartas precatórias; ações cautelares; busca e apreensão de menores e alimentos, todos em casos especiais etc.); b) coadjuvar a 46ª Promotoria de Justiça na participação das audiências a serem realizadas na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, de forma alternada, semanalmente; c) adotar medidas cabíveis na esfera cível, a fim de que nenhuma criança ou adolescente seja objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão de seus direitos fundamentais (direitos individuais); d) garantir, por intermédio da adoção de medidas administrativas e ações próprias de sua esfera, às crianças e aos adolescentes o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, garantidos na Constituição e nas leis (mediante propostas de medidas de proteção); e) promover, por intermédio da adoção de medidas administrativas e ações próprias de sua esfera de atuação, as providências cabíveis para que a criança e o adolescente sejam criados e educados no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes; f) promover a aplicação das medidas de proteção às crianças e aos adolescentes em estado de abandono ou destituição do poder familiar; g) promover a destituição do poder familiar nos casos autorizados em lei, promovendo a colocação da criança ou adolescente em família substituta nacional ou estrangeira, atendida a preferência legal pela adoção nacional; h) promover os procedimentos relacionados às infrações administrativas constantes dos Artigos 245 e seguintes do ECA; i) no desempenho das atribuições definidas nos itens anteriores, dispor das prerrogativas institucionais do Ministério Público, dentre estas, as previstas no art. 201 do ECA</p>	Nicolau Bacarji Junior
Campo Grande	<p><b>36ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.</p>	Thalys Franklyn de Souza
Campo Grande	<p><b>38ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O</p>	Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues

	<i>Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.</i>	
Campo Grande	<p align="center"><b>39ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.</p>	Fernando Martins Zaupa
Campo Grande	<p align="center"><b>41ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.</p>	Camila Augusta Calarge Doreto
Campo Grande	<p align="center"><b>44ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> a) assegurar o exercício dos direitos e garantias constitucionais da pessoa idosa, por meio de medidas administrativas e judiciais; b) receber representação, petição ou colher termo de declaração de qualquer pessoa ou entidade, por desrespeito aos direitos assegurados na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), nas Constituições Federal e Estadual, bem como em outras normas; c) atender as pessoas idosas, deslocando-se, quando necessário, ao seu domicílio, para avaliar a extensão do seu problema e adotar a medida mais adequada para a solução; d) visitar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos que prestem serviços às pessoas idosas, fazendo-se acompanhar, sempre que possível, sem prejuízo do eventual concurso de força policial, de integrantes da Vigilância Sanitária, Assistência Social e outros órgãos públicos, para o fim de eventual orientação, autuação ou interdição da entidade; e) exigir do Poder Público e dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta o tratamento prioritário e adequado às pessoas idosas, com relação à educação, à saúde, ao trabalho, à formação profissional, ao lazer, à previdência social, ao acesso às edificações, vias públicas e meios de transporte, além de outros que propiciem o bem-estar pessoal, social e econômico dessas pessoas; f) examinar quaisquer documentos, expedientes, fichas e procedimentos relativos à pessoa idosa, preservando, quando for o caso, o sigilo de seu conteúdo; g) instaurar procedimentos administrativos, procedimentos preparatórios ou inquéritos civis e ajuizar ação civil pública para a defesa dos interesses da pessoa idosa; h) representar à autoridade competente para adoção de providências que visem sanar omissões, prevenir ou corrigir irregularidades no tratamento da pessoa idosa, promovendo, ainda, no âmbito de suas atribuições, o efetivo cumprimento das normas concernentes à preservação dos seus interesses; i) implementar o funcionamento e o aperfeiçoamento do Conselho de Defesa da Pessoa Idosa; j) contatar o Conselho de Defesa da Pessoa Idosa e outras entidades voltadas à promoção da política de bem-estar dos idosos para, em conjunto, buscar soluções satisfatórias aos seus interesses; k) proferir palestras, realizar reuniões com a comunidade em geral, com os agentes comunitários e com entidades públicas e privadas com o intuito de esclarecer os direitos assegurados às pessoas idosas (Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso); l) instaurar procedimento de apuração de abandono e/ou maus-tratos a pessoa idosa, propondo ação de interdição naqueles casos em que não houver condições de tutela ou curatela por parentes ou cônjuge (art. 1.769 do Código Civil); m) expedir recomendações visando à melhoria dos serviços de relevância pública na área de atendimento ao idoso, fixando prazo razoável para adoção das providências cabíveis, e promovendo, se necessário, as medidas administrativas ou judiciais adequadas; n) requisitar e acompanhar inquéritos policiais, promovendo e acompanhando até o final as respectivas ações penais, quando figurar como vítima pessoa idosa em crimes tipificados no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), com exceção dos delitos da competência dos Juizados Especiais Criminais ou do Tribunal do Júri</p>	Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah
Campo Grande	<p align="center"><b>46ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> a) receber os autos de apuração de atos infracionais oriundos da Delegacia</p>	Paulo Henrique Camargo Iunes

	<i>Especializada de Atendimento à Infância e Juventude – DEAIJ, cuja divisão será equitativa entre as 27ª, 28ª e 46ª Promotorias de Justiça, promovendo representações, concedendo remissões extrajudiciais ou requerendo o arquivamento; b) coadjuvar a 33ª Promotoria de Justiça na participação na participação das audiências a serem realizadas na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, de forma alternada, semanalmente; c) adotar medidas para criação, instalação e funcionamento do Conselho Tutelar municipal, fiscalizando o desempenho das suas atividades, inclusive a realização dos processos administrativos e judiciais disciplinares e da eleição de seus membros; d) fiscalizar as entidades de atendimento a crianças e adolescentes que estejam com direitos violados, adotando as providências legais cabíveis, com exceção das entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional e familiar; e) no desempenho das atribuições definidas nos itens anteriores, dispor das prerrogativas institucionais do Ministério Público, dentre elas, as previstas no art. 201 do ECA. <u>Parágrafo único.</u> Os autos de apuração de atos infracionais serão distribuídos pela Central de Inquéritos Policiais, mediante divisão aleatória dos procedimentos, mediante emprego de sistema informatizado.</i>	
Campo Grande	<b>47ª Promotoria de Justiça</b> <b>Atribuições:</b> feitos distribuídos à 1ª Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e nos procedimentos da CIP relativos à Lei Federal nº 11.300/2006 (Lei Maria da Penha).	Cristiane Mourão Leal Santos
Campo Grande	<b>51ª Promotoria de Justiça</b> <b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.	Eduardo José Rizkallah
Campo Grande	<b>52ª Promotoria de Justiça</b> <b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho
Campo Grande	<b>53ª Promotoria de Justiça</b> <b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.	Henrique Franco Candia
Campo Grande	<b>54ª Promotoria de Justiça</b> <b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.	Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha
Campo Grande	<b>55ª Promotoria de Justiça</b> <b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas	Fabricio Proença de Azambuja

	<i>demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.</i>	
Campo Grande	<p><b>57ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.</p>	Daniela Cristina Guiotti
Campo Grande	<p><b>58ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.</p>	Paula da Silva Volpe
Campo Grande	<p><b>59ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.</p>	Eduardo Franco Cândia
Campo Grande	<p><b>60ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.</p>	Luiz Antônio Freitas de Almeida
Campo Grande	<p><b>70ª Promotoria de Justiça</b></p> <p><b>Atribuições:</b> compete responder plenamente pelas Promotorias de Justiça cujos titulares se encontrarem afastados para o exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior ou do Quadro Auxiliar do Ministério Público, ou nas demais hipóteses legais de afastamento ou licenciamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, até o retorno do titular, por designação do Procurador-Geral de Justiça. § 1º - O Promotor de Justiça Auxiliar exercerá idêntica atribuição a do Promotor de Justiça titular nos feitos que forem distribuídos para a respectiva Promotoria de Justiça. § 2º - Havendo Promotores de Justiça Auxiliares em número superior ao de Promotores de Justiça afastados ou licenciados, nas hipóteses previstas neste artigo, poderão ser designados para coadjuvarem outros Promotores de Justiça de acordo com a necessidade de serviço.</p>	Tiago Di Giulio Freire
Campo Grande	<p><b>GAECO</b></p> <p><i>Grupo de Atuação Especial de repressão ao crime Organizado.</i></p>	Marcos Roberto Dietz
Campo Grande	<p><b>GAECO</b></p> <p><i>Grupo de Atuação Especial de repressão ao crime Organizado.</i></p>	Fernando Martins Zaupa
Campo Grande	<p><b>GAECO</b></p> <p><i>Grupo de Atuação Especial de repressão ao crime Organizado.</i></p>	Tiago Di Giulio Freire

Campo Grande	<b>GAECO</b> <i>Grupo de Atuação Especial de repressão ao crime Organizado.</i>	Cristiane Mourão Leal Santos
Campo Grande	<b>GAECO</b> <i>Grupo de Atuação Especial de repressão ao crime Organizado.</i>	Thalys Franklyn de Souza
Campo Grande	<b>Assessoria Especial</b>	Paulo Roberto Ishikawa
Campo Grande	<b>GACEP</b> <i>Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial.</i>	Luciana Moreira Schenk
Aquidauana	<b>2ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos à 2ª Vara Cível, nos feitos e procedimentos referentes à proteção dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso e das pessoas com deficiência, do patrimônio público e social e das fundações, nos feitos ímpares de execução penal distribuídos à Vara Criminal, bem como proceder as visitas e inspeções nas unidades prisionais e de segurança pública que mantenham presos.</i>	José Maurício de Albuquerque
Aquidauana	<b>3ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos à Vara Criminal, exceto naqueles relativos à execução penal.</i>	Antenor Ferreira de Rezende Neto
Bandeirantes	<b>- Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos aos respectivos Juizes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.</i>	Victor Leonardo de Miranda Taveira
Ribas Do Rio Pardo	<b>- Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos aos respectivos Juizes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.</i>	George Zarour Cezar
Sidrolândia	<b>1ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos à 1ª Vara, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção da vítima de infração penal, do consumidor, do patrimônio público e social e das fundações.</i>	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira
Sidrolândia	<b>2ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: feitos distribuídos à 2ª Vara, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, da infância e da juventude, do idoso e da pessoa com deficiência.</i>	Janeli Basso
Terenos	<b>- Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos aos respectivos Juizes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.</i>	Eduardo de Araujo Portes Guedes

<b>DOURADOS</b>		
Dourados	<b>10ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos e procedimentos referentes à proteção do consumidor, dos direitos constitucionais do cidadão, dos direitos humanos e da vítima de infração penal.</i>	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior
Dourados	<b>11ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, tendo as atribuições conferidas às Promotorias de Justiça que atuam na mesma área na comarca de Campo Grande.</i>	Amilcar Araujo Carneiro Junior
Dourados	<b>13ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos à 1ª e 2ª Varas Criminais relativos à prática de violência doméstica e familiar contra a mulher; nas causas cíveis que decorram de crimes dessa natureza, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do idoso e da pessoa com deficiência</i>	Izonildo Gonçalves de Assunção Junior
Dourados	<b>14ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos à 3ª Vara Criminal, exceto os relativos à execução penal, bem como atuar perante o Tribunal do Júri e nos procedimentos da CIP relativos aos crimes dolosos contra vida</i>	Elcio Felix D'Angelo
Dourados	<b>15ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos à 3ª Vara Criminal, exceto os relativos à execução penal, bem como atuar perante o Tribunal do Júri e nos procedimentos da CIP relativos</i>	Claudia Loureiro Ocariz Almirão

	<i>aos crimes dolosos contra vida</i>	
Dourados	<b>GAECO</b> <i>Grupo de Atuação Especial de repressão ao crime Organizado.</i>	Claudia Loureiro Océrez Almirão
Amambai	<b>1ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos à 1ª Vara, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção da vítima de infração penal, do consumidor, do patrimônio público e social e das fundações.</i>	Nara Mendes dos Santos Fernandes
Amambai	<b>2ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos à 2ª Vara, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, da infância e da juventude, do idoso e da pessoa com deficiência.</i>	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro
Batayporã	<b>- Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos aos respectivos Juizes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.</i>	Bianka Machado Arruda Mendes
Caarapó	<b>1ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: feitos distribuídos à 1ª Vara, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção da vítima de infração penal, do consumidor, do patrimônio público e social e das fundações.</i>	Fernanda Rottili Dias
Deodápolis	<b>- Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos aos respectivos Juizes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.</i>	VAGA
Glória de Dourados	<b>- Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos aos respectivos Juizes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.</i>	Andrea de Souza Resende
Itaporã	<b>- Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos aos respectivos Juizes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.</i>	Radamés de Almeida Domingos
Itaquiraí	<b>- Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos aos respectivos Juizes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.</i>	VAGA
Nova Alvorada do Sul	<b>- Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos aos respectivos Juizes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.</i>	Maurício Mecelis Cabral
Nova Andradina	<b>3ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: feitos distribuídos à Vara Criminal.</i>	Fabricio Secafen Mingati
Ponta Porã	<b>1ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, do consumidor, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos e do Patrimônio Público e Social e Fundações.</i>	Gabriel da Costa Rodrigues Alves
Ponta Porã	<b>3ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: na totalidade dos inquéritos policiais e feitos deles decorrentes oriundos das</i>	Gisleine Dal Bó



	<i>Delegacias de Polícia de Antônio João e Aral Moreira, excetuados os relativos à violência doméstica e aos dolosos contra a vida, bem como na metade dos inquéritos policiais e feitos deles decorrentes oriundos das demais unidades policiais ou distribuídos à 2ª Vara Criminal, excetuando-se os referentes às atribuições das demais Promotorias de Justiça. E ainda nos julgamentos do Tribunal do Júri atuarão, mediante distribuição equitativa.</i>	
Ponta Porã	<b>4ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: na metade dos inquéritos policiais e feitos deles decorrentes oriundos das demais unidades policiais ou distribuídos à 2ª Vara Criminal, excetuando-se os oriundos das Delegacias de Polícia de Antônio João e Aral Moreira; na metade dos feitos afetos à violência doméstica oriundos de qualquer unidade policial e inquéritos policiais oriundos da Delegacia de Atendimento à Mulher; bem como na metade dos inquéritos policiais e dos feitos afetos aos crimes dolosos contra a vida. E ainda nos julgamentos do Tribunal do Júri atuarão, mediante distribuição equitativa.</i>	Clarissa Carlotto Torres
Ponta Porã	<b>5ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos da execução penal e fiscalização das unidades prisionais que integram o sistema penitenciário; na metade dos feitos afetos à violência doméstica oriundos de qualquer unidade policial e inquéritos policiais oriundos da Delegacia de Atendimento à Mulher; bem como na metade dos inquéritos policiais e dos feitos afetos aos crimes dolosos contra a vida. E ainda nos julgamentos do Tribunal do Júri atuarão, mediante distribuição equitativa.</i>	Magno Oliveira João
Rio Brillante	<b>2ª Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: 50% (cinquenta por cento) dos feitos distribuídos à Vara Cível e à Vara Criminal, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, do patrimônio público e social, do consumidor e da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural.</i>	Rosalina Cruz Cavagnolli
Sete Quedas	<b>- Promotoria de Justiça</b> <i>Atribuições: nos feitos distribuídos aos respectivos Juízes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.</i>	VAGA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

**Homologado** o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 34/PGJ/2017 - SRP** - Processo n.º PGJ/10/2648/2017.

**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de expediente (agendas, canetas, cestos de lixo, etiquetas, etc.), para atender o Ministério Público Estadual.

**Vencedoras/Preços Registrados:** **Comercial K & D Ltda. - EPP** para os itens **1** (R\$12,90), **3** (R\$3,00), **5** (R\$10,30), **6** (R\$25,80), **32** (R\$1,85) e **40** (R\$31,00); **Nacional Comércio e Serviços Ltda. - EPP** para os itens **2** (R\$10,40), **4** (R\$19,57), **11** (R\$6,02), **12** (R\$3,08), **13** (R\$28,00), **21** (R\$3,44), **22** (R\$2,59), **23** (R\$2,59), **26** (R\$26,93), **33** (R\$3,15), **34** (R\$4,47), **35** (R\$5,60), **36** (R\$8,89), **37** (R\$1,61), **39** (R\$0,84), **42** (R\$10,25), **43** (R\$11,83), **44** (R\$0,48), **45** (R\$0,54), **46** (R\$1,39), **47** (R\$10,99) e **50** (R\$10,50); **Comercial Via Oeste Utilidades Eireli** para o item **7** (R\$2,78); **Lucelene Barbosa Nunes Assis - ME** para os itens **8** (R\$27,73), **10** (R\$2,80), **16** (R\$0,83), **18** (R\$0,93), **19** (R\$0,94), **20** (R\$0,94), **27** (R\$3,72), **28** (R\$2,81), **29** (R\$3,37), **30** (R\$3,05) e **38** (R\$0,85); **Lindalva Martins dos Santos & Cia. Ltda. - ME** para os itens **9** (R\$0,30), **17** (R\$1,04) e **41** (R\$71,00); e **Art Vídeo Eireli** para os itens **14** (R\$27,80), **15** (R\$27,80), **24** (R\$0,28), **25** (R\$0,31), **31** (R\$1,08), **48** (R\$6,20) e **49** (R\$6,20).

**Justificativa:** Registro de Preços tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 16 de outubro de 2017.

Emervál Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

**Homologado** o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 35/PGJ/2017 - SRP** - Processo n.º PGJ/10/2692/2017.

**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, toners, mídias, mouses, teclados, etc.), para atender o Ministério Público Estadual.

**Vencedoras/Preços Registrados:** **Comercial K & D Ltda. - EPP** para os itens **1** (R\$37,10), **2** (R\$16,00), **14** (R\$1.271,00), **15** (R\$1.271,00), **16** (R\$1.271,00), **17** (R\$1.271,00), **18** (R\$18,00), **20** (R\$3,50), **21** (R\$5,10) e **22** (R\$6,50); **RC Insumos Comércio e Serviços para Recargas de Cartuchos Eireli - EPP** para os itens **4** (R\$232,00), **5** (R\$169,50),



6 (R\$169,50), 7 (R\$169,50), 8 (R\$220,00), 9 (R\$94,00), 10 (R\$94,00), 11 (R\$94,00), 12 (R\$94,00), 13 (R\$65,00), 30 (R\$79,00), 31 (R\$70,00) e 37 (R\$118,00); **RR Nogueira Soluções em Negócios Ltda. - ME** para os itens 3 (R\$24,90), 19 (R\$49,90), 23 (R\$3,50), 24 (R\$34,10), 28 (R\$39,90), 29 (R\$62,90) e 38 (R\$7,00); e **Habitar Comércio em Geral e Serviços Ltda. - ME** para os itens 25 (R\$24,00), 26 (R\$47,00), 27 (R\$95,00), 32 (R\$1.350,00), 33 (R\$1.350,00), 34 (R\$780,00), 35 (R\$1.350,00) e 36 (R\$270,00).

**Justificativa:** Registro de Preços tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 16 de outubro de 2017.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

## AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

**Homologado** o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 37/PGJ/2017** - Processo n.º PGJ/10/2355/2017.

**Objeto:** Aquisição de veículo picape, marca Chevrolet, modelo S10, cabine dupla, quatro portas laterais, motor 2.5 litros ou superior, bicombustível (gasolina e álcool), potência mínima 197 cv, zero km, ano de fabricação e modelo 2017/2017 ou superior, padronizado nos termos da Resolução nº 20/2009-PGJ, de 5-11-2009, alterada pela Resolução nº 24/2015-PGJ, de 12-8-2015.

**Vencedora:** **Nação Concessionária de Veículos Ltda.**, para o item único, no valor de R\$ 117.850,00.

**Justificativa:** Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do edital.

Campo Grande, 16 de outubro de 2017.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

## AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça** comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

**Modalidade:** Pregão Presencial nº 44/PGJ/2017 (Processo nº PGJ/10/3272/2017).

**Objeto:** Aquisição de persianas (devidamente instaladas), para atender às Promotorias de Justiça das comarcas de Caarapó - MS e Naviraí - MS.

**Abertura das Propostas e Documentação:**

- **Local:** Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- **Data:** 30 de outubro de 2017.

- **Horário:** 14 horas.

- **Telefone para contato:** (67) 3318-2145.

**Retirada do Edital:** por meio do endereço eletrônico [www.mpms.mp.br/licitacao/pregao](http://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao) ou na sede do Ministério Público Estadual - PGJ.

**Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 10/10/2017:**

- Pregoeiro: Emerval Carmona Gomes;

- Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Cleber do Nascimento Gimenez;

- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Hermes Alencar de Lima e Carla Maria Bagordakis;

- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 16 de outubro de 2017.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

## SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

### EDITAL Nº 004/2017/PJ BONITO

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de **Bonito**, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, **TORNA PÚBLICO o GABARITO**

**PRELIMINAR (ANEXO I) E O RESULTADO PRELIMINAR (ANEXO II)** do Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Superior do Curso de Letras do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, realizado no dia 24 de setembro de 2017, e faz saber aos candidatos que, no prazo de 2 (dois) dias, a contar da publicação deste resultado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP-MS), poderá ser interposto recurso pelo(a) interessado(a), dirigido à Comissão Organizadora do Processo Seletivo:

#### ANEXO I – Gabarito Preliminar

1	C	11	C	21	C
2	B	12	E	22	D
3	B	13	B	23	B
4	A	14	C	24	A
5	C	15	B	25	D
6	B	16	D	26	A
7	C	17	B	27	E
8	A	18	A	28	C
9	ANULADA	19	C	29	E
10	D	20	D	30	ANULADA

#### ANEXO II - Resultado Preliminar da Prova Objetiva e Discursiva

Nome do(a) Candidato(a)	Pontuação			Classificação
	Prova objetiva	Prova discursiva	Total	
JHONATAN CAMARA GOMES	46	37	83	1º
ALINE DE SOUZA VIEIRA	34	32	66	2º
CINTIA MARA DE SOUZA	38	27	65	3º
NILZA DOS SANTOS CINTRA	-	-	-	AUSENTE

Bonito MS, 16 de outubro de 2017.

**JOÃO MENEGHINI GIRELLI**

1ª Promotor de Justiça de Bonito

#### EDITAL Nº 001/2017/PJ DE BATAYPORÃ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da comarca de **Batayporã**, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça (DJ) nº 2247, de 30 de julho 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, **COMUNICA a abertura das inscrições para Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, na comarca de **Batayporã**, conforme disposições abaixo:

#### I – Das Informações Gerais

1. O estágio compreende o exercício transitório de funções auxiliares do Ministério Público, conforme previsto na Lei Complementar Estadual nº 72/1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 133/2009; e é regido pelas disposições da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.
2. Os direitos, deveres e obrigações do exercício transitório da função de estagiário no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul estão regulamentados pela Resolução nº 015/2010-PGJ (disponível no Portal do MPMS por meio do link <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/15128>), publicada no DJ nº 2247, fls. 245-250 (disponível no Portal do TJMS por meio do link <https://www.tjms.jus.br/webfiles/producao/GP/diarios/2247-DJ-30072010-Signed.pdf>).
3. Poderá participar do Processo Seletivo de estagiários o aluno regularmente matriculado e com frequência efetiva no Ensino Médio em instituição de ensino oficial, devidamente credenciada, autorizada e/ou reconhecida nos órgãos competentes, bem como deverá possuir idade mínima de 16 (dezesesseis) anos completos na data da assinatura do termo de compromisso de estágio (art. 10, Resolução nº 015/2010-PGJ).
4. De acordo com a Resolução nº 001/2016-PGJ, de 17 de março de 2016, a carga horária será de 4 (quatro) horas diárias ou 20 (vinte) horas semanais, com bolsa mensal na importância de R\$ 646,88 (seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

5. O estagiário também terá direito a auxílio-transporte, cujo valor corresponderá a 2 (duas) tarifas de transporte coletivo urbano por dia efetivamente estagiado, considerando-se a tarifa fixada na Capital como valor de referência, conforme a Resolução nº 003/2012-PGJ, de 15 de fevereiro de 2012.

6. Os Termos de Compromisso de Estágio terão duração mínima de 6 (seis) meses e máxima de 1 (um) ano, prorrogável, por termo aditivo, até o limite de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência, que poderá atuar até a conclusão do curso, conforme disposto no art. 4º da Resolução nº 015/2010-PGJ.

7. A convocação, total ou parcial, dos candidatos aprovados obedecerá à ordem de classificação final da lista de classificados e ocorrerá de acordo com as necessidades deste Ministério Público Estadual.

## II – Das Vagas

8. O presente Processo Seletivo visa a formação de cadastro de reserva para fins de suprir as vagas que surgirem durante o seu prazo de validade.

## III – Da Seleção

9. A seleção se dará por meio de prova objetiva em que o candidato será avaliado conforme o conteúdo programático constante no Anexo Único do presente Edital.

10. Será considerado aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver aproveitamento **igual ou superior a 50% (cinquenta por cento)** das questões formuladas na prova. O candidato com pontuação abaixo desse índice será considerado reprovado.

## IV – Das Inscrições

11. Poderá inscrever-se e participar do Processo Seletivo o aluno regularmente matriculado e com frequência efetiva no ensino médio, **EXCETO** aqueles cursando o segundo semestre do terceiro ano (haja vista a proximidade da conclusão do curso e a necessidade de cumprir pelo menos 1 [um] semestre de estágio).

12. As inscrições estarão abertas no período de **23 de outubro a 14 de novembro de 2017** e serão realizadas na sede das Promotorias de Justiça de Batayporã, situada na Rua Jair de Abranches Mella, n. 1203, Centro, CEP: 79760-000, Telefone: (67) 3443-1015, **das 8h às 11h e 13h às 18h**;

13. Para a inscrição, o candidato deverá preencher a **Ficha de Inscrição** disponível na sede da(s) Promotoria(s) de Justiça de **Batayporã** junto com uma cópia de cada um dos seguintes documentos: Cédula de Identidade, CPF e comprovante de matrícula no ensino médio regular.

14. A inscrição do candidato no Processo Seletivo implica o pleno conhecimento e aceitação dos termos e condições estabelecidos no presente Edital e na Resolução nº 015/2010-PGJ, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

## V – Das Vagas Destinadas ao Candidato com Deficiência, ao Negro e ao Índio

15. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente concurso, observadas as seguintes condições:

**15.1.** Serão considerados candidatos com deficiência aqueles que se enquadrarem nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, bem como os candidatos com visão monocular, conforme a Lei Estadual nº 3.681, de 27 de maio de 2009; a Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça e o Enunciado AGU nº 45, de 14 de setembro de 2009.

**15.2.** Não serão considerados como deficiência visual os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção.

**15.3.** Os candidatos com deficiência que forem aprovados no presente Processo Seletivo constarão de listagem geral com a divulgação do resultado, registrada a respectiva classificação, figurando, também, em listagem distinta, entre os candidatos inscritos na condição de pessoa com deficiência.

**15.3.1.** Ficam reservadas aos estudantes que, no momento da inscrição, declararem a condição de pessoa com deficiência, **10% (dez por cento)** do total de vagas a serem preenchidas que sejam compatíveis com a deficiência dos candidatos

**15.3.2.** O candidato que pretenda concorrer às vagas reservadas deverá declarar, no ato da inscrição, sob as penas da lei, ser pessoa com deficiência, especificando a espécie, o grau ou o nível da deficiência correspondente.

**15.3.3.** O candidato com deficiência, após declarar na Ficha de Inscrição sua condição de pessoa com deficiência, para avaliação pela Comissão, deverá entregar na Promotoria de Justiça de **Batayporã**, no curso do período das inscrições:

**a)** laudo médico, original ou cópia autenticada em cartório, expedido em até 90 (noventa) dias anteriores à data de início

das inscrições no concurso, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID) para assegurar previsão de adaptação de sua prova;

b) cópia da Carteira de Identidade (ou documento de identificação), cópia do CPF e de comprovante de endereço e telefone;

c) e, caso necessário, o **Requerimento de Condições Especiais para Realização das Provas**, disponível na sede da Promotoria de Justiça de **Batayporã**, especificando o tipo de deficiência, os recursos e o tempo de realização da prova.

**15.3.4.** O não atendimento aos itens acima sujeitará o candidato à realização da prova nas mesmas condições que as pessoas sem deficiência.

**16.** Os estudantes poderão concorrer ao Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais, reservadas aos candidatos que, no momento da inscrição, declararem-se negros ou índios a cota de 20% (vinte por cento) e de 3% (três por cento), respectivamente, das vagas a serem preenchidas, em observância à Lei Estadual nº 3.594, de 10 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Estadual nº 4.900, de 27 de julho de 2016, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 13.141, de 31 de março de 2011.

**16.1.** Serão considerados como Minorias Étnico-Raciais os seguintes grupos:

**16.1.1.** Negros, definidos como aqueles classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou portadores do registro público indicando a sua categoria racial;

**16.1.2.** Indígenas, definidos como aqueles portadores da carteira de identidade expedida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou da carta da comunidade indígena à qual pertençam.

**16.2.** O candidato que, no momento da inscrição, declarou-se negro ou indígena deverá preencher o formulário **Declaração de Reserva de Vaga para Negro ou Indígena**, disponível na sede da Promotoria de Justiça de **Batayporã**, e entregá-lo junto com a **Ficha de Inscrição**, no curso do período das inscrições, para avaliação pela Comissão.

**16.3.** O não atendimento aos itens acima excluirá o candidato inscrito na condição de negro ou de índio da lista específica, permanecendo somente na listagem geral.

**17.** Conforme disposição do art. 49, § 7º, da Resolução nº 015/2010-PGJ, **quando houver apenas 1 (uma) vaga a ser preenchida** e houver candidato com deficiência classificado para o cargo, ele deverá ser chamado para ocupar a vaga.

**18.** Havendo mais de uma vaga disponível, aos estudantes que concorrerem aos sistemas descritos nos itens 15 e 16 ficarão destinadas da seguinte forma:

**18.1.** Caso a aplicação do percentual estabelecido nos itens 15 e 16 resulte em número fracionado, este será elevado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

**18.2.** Haverá reserva imediata de vagas para os candidatos deficientes nos cursos com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco), ressalvada a situação prevista no item 17.

**18.2.1.** O primeiro candidato deficiente classificado no Processo Seletivo será convocado para ocupar a 5ª vaga aberta, relativa ao curso para o qual se inscreveu, enquanto os demais candidatos deficientes classificados serão convocados, a cada intervalo de 10 (dez) vagas providas, para ocupar a 15ª, a 25ª, a 35ª e a 45ª vagas, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente à criação de novas vagas, durante o prazo de validade do Processo Seletivo.

**18.3.** Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos negros nos cursos com número de vagas igual ou superior a 3 (três).

**18.3.1.** O primeiro candidato negro classificado no Processo Seletivo será convocado para ocupar a 3ª vaga aberta, relativa ao curso para o qual se inscreveu, enquanto os demais candidatos negros classificados serão convocados, a cada intervalo de 5 (cinco) vagas providas, para ocupar a 8ª, a 13ª, a 18ª e a 23ª vagas, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente à criação de novas vagas, durante o prazo de validade do Processo Seletivo.

**18.4.** Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos indígenas nos cursos com número de vagas igual ou superior a 17 (dezessete).

**18.4.1.** O primeiro candidato indígena classificado no Processo Seletivo será convocado para ocupar a 17ª vaga aberta, relativa ao curso para o qual se inscreveu, enquanto os demais candidatos indígenas classificados serão convocados, a cada intervalo de 33 (trinta e três) vagas providas, para ocupar a 50ª, a 83ª, a 116ª e a 149ª vagas, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente à criação de novas vagas, durante o prazo de validade do Processo Seletivo.

**19.** O candidato que se declarar pessoa com deficiência, negro ou índio participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao conteúdo, avaliação, horário e local de aplicação de provas, ressalvada aos candidatos que se declararem deficientes a situação quanto à forma de prestação e tempo de duração de provas, de acordo com o requerimento do candidato, com base em informação registrada no **Requerimento de Condições Especiais para Realização das Provas**, e mediante deliberação da Comissão do Processo Seletivo.

**20.** As vagas reservadas para candidatos deficientes, negros ou índios que não forem preenchidas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância à ordem de classificação obtida pelos candidatos no Processo Seletivo.

21. O candidato que firmar declaração falsa para concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência ou às cotas para negros e índios responderá na forma do art. 299 do Código Penal.

## VI – Das Provas

22. A prova objetiva terá caráter eliminatório e classificatório, e será realizada no dia **03 de dezembro de 2017**, domingo, às 08h00min, na Escola Estadual Jan Antonin Bata, localizada na Rua Jonas Pedro Nunes, nº 1226 – Bairro Central de Batayporã.

23. A seleção terá duração de **4 (quatro) horas** e será procedida por **prova escrita** com total de 100 (cem) pontos, de caráter **eliminatório e classificatório**, formada por: a) 1 (uma) redação dissertativa, à qual se atribuirá nota de zero a 50 (cinquenta) pontos. A dissertação deverá conter no **mínimo 15 (quinze) linhas e no máximo 30 (trinta) linhas**, em que deverá abranger o domínio correto da norma padrão da Língua Portuguesa e das suas estruturas (adequação vocabular, ortografia, morfologia, sintaxe e pontuação), bem como a capacidade de exposição do pensamento e o poder de argumentação e convencimento do candidato; 40 (quarenta) questões objetivas do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas e uma única resposta correta, abrangendo os objetos de avaliação constantes do Anexo Único deste Edital, conforme o quadro a seguir:

NÍVEL	PROVAS	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
ENSINO MÉDIO	Língua Portuguesa	20	1,5
	Matemática	10	1
	Informática	10	1

24. O candidato deverá apresentar-se no local das provas com 30 (trinta) minutos de antecedência do seu horário de início, portando documento oficial de identificação com foto, original, bem como caneta esferográfica de cor azul ou preta, com corpo transparente.

25. Não será permitido o acesso ao local da prova para candidatos que se apresentarem após o horário estabelecido para o seu início ou que não estiverem portando documento de identificação com foto.

26. Não será permitida qualquer comunicação entre os candidatos, consultas ou mesmo utilização de qualquer meio ou aparelho que permita armazenamento de dados, gravação, recepção ou transmissão, a exemplo de telefones celulares, *tablets*, *notebooks*, *paggers*, agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e outros de mesma natureza, assim como a utilização de óculos escuros e assessorios de chapelaria, sob pena de eliminação do candidato, sem direito a recurso.

27. Quando da realização da prova, o candidato deverá assinalar as respostas na Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.

27.1. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções.

27.2. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

27.3. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.

27.4. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

28. Os 3 (três) últimos candidatos aguardarão o término das provas em conjunto, retirando-se da sala após a entrega simultânea da Folha de Respostas e assinatura da Ata de Sala.

## VII – Do Resultado e da Classificação

29. O gabarito da Prova Objetiva será divulgado, por meio eletrônico, no *site* do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (<http://www.mpms.mp.br>) e no edifício-sede da Promotoria de Justiça de **Batayporã**.

30. O resultado final será divulgado por meio de listagem, por ordem de classificação, sendo:

- a) uma listagem geral com o nome de todos os candidatos aprovados;
- b) uma listagem com o nome dos candidatos aprovados acolhidos na condição de pessoa com deficiência;
- c) uma listagem com o nome dos candidatos aprovados que optaram pelo Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais.

31. Em caso de empate na classificação, o desempate será feito em favor do candidato:

- a) que obtiver a maior pontuação na redação;
- b) mais adiantado no curso;
- c) com mais idade;

**31.1.** Persistindo o empate, será realizado sorteio público.

**32.** O acompanhamento das publicações e convocações divulgadas na sede da Promotoria de Justiça de **Batayporã** e no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP/MS) é de inteira responsabilidade dos candidatos.

## **VIII – Dos Recursos**

**33.** No **prazo de 2 (dois) dias úteis** da publicação no DOMP/MS, em caso de omissão de seu nome ou retificação de dados ocorridos na publicação da relação dos candidatos inscritos, do gabarito preliminar e do resultado, será permitido ao candidato interessado apresentar recurso.

**34.** O requerimento de recurso deverá ser feito por escrito, assinado pelo candidato e dirigido à Comissão do Processo Seletivo, devendo ser entregue pessoalmente na sede da Promotoria de Justiça de **Batayporã**, situada na Rua Jair de Abranches Mella, n. 1203, Centro, Batayporã-MS.

**35.** No caso de recurso contra o gabarito, a pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuída(s) a todos os candidatos presentes à prova objetiva.

**36.** O recurso interposto fora do prazo não será conhecido, sendo considerado, para tanto, o carimbo de recebimento da Comissão do Processo Seletivo.

**37.** Não será conhecido o recurso interposto em prazo destinado a evento diverso do questionado.

**38.** O candidato deverá entregar o recurso, digitado ou datilografado, em duas vias (original e cópia).

**38.1.** No caso de recurso contra o gabarito, cada questão ou item deverá ser apresentado em folhas separadas e identificadas.

## **IX – Da Convocação e Admissão**

**39.** Após concluídas todas as etapas, o Processo Seletivo será homologado por meio de despacho do(a) Procurador(a)-Geral Adjunto(a) de Justiça para Assuntos Administrativos.

**40.** A convocação dos candidatos aprovados ocorrerá no interesse da Administração por meio de Edital de Convocação, que será publicado no DOMP/MS e afixado no edifício-sede da Promotoria de Justiça de Batayporã.

**41.** O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, apresentando-se no local informado no Edital de Convocação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

**42.** Formalizada a manifestação de interesse, o candidato deverá apresentar os documentos constantes no item 47 do presente Edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**43.** A hipótese de prorrogação do prazo estabelecido para entrega da documentação poderá ser apreciada pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, desde que a circunstância e a motivação alegadas impeçam o comparecimento do candidato.

**44.** Será admitido requerimento de candidatos para transposição de seu nome para o final da lista de classificação, **uma única vez**, para efeitos de futura convocação, no curso do prazo de validade do Processo Seletivo.

**44.1.** No ato da **nova convocação**, o estudante deverá manifestar-se expressamente, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, sobre o interesse no exercício do estágio ou desistência, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

**45.** O candidato que não apresentar manifestação formal, ou não comparecer ao local indicado no Edital de Convocação, no curso dos prazos estabelecidos acima, será automaticamente excluído da listagem de classificação e do Processo Seletivo.

**46.** A atualização do endereço e telefone para contato, e o acompanhamento das convocações, divulgadas no Portal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na internet, são de inteira responsabilidade do candidato.

**47.** Para a admissão, o candidato aprovado no Processo Seletivo deverá apresentar os seguintes documentos:

**a)** fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;

**b)** declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;

- c) atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- d) certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- e) declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- f) declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- g) declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para o recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
- h) atestado de exame ABO-RH;
- i) 2 (duas) fotografias coloridas, 3x4 (três por quatro), recentes;
- j) ficha de cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

## **X – Do Prazo de Validade**

**48.** O presente Processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano, contado da data de sua homologação, prorrogável por mais um ano, a critério do Ministério Público Estadual.

## **XI – Das Disposições Finais**

**49.** O candidato poderá, a qualquer tempo, ser excluído do Processo Seletivo, desde que verificada qualquer ação ou omissão que caracterizem conduta de má-fé ou outras para lograr proveito próprio, assim também compreendida a apresentação de documentos que não correspondam à realidade de sua condição civil ou comprobatória de matrícula e frequência no curso informado.

**50.** O candidato que for listado no cadastro de reserva decorrente de aprovação neste Processo Seletivo fica ciente de que referido cadastro perderá sua validade a partir da data de vencimento deste Processo Seletivo.

**51.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

Batayporã – MS, 16 de outubro de 2017.

**Bianka Machado Arruda Mendes,**  
Promotora de Justiça

## **ANEXO ÚNICO** **Do Conteúdo da Prova**

### **Língua Portuguesa**

Acentuação gráfica, crase, grafia correta de vocábulos, hifenização, pontuação e uso dos “porquês”. Morfologia: classes gramaticais (substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição). Sintaxe: análise sintática. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Verbo (tempo, modo, pessoa).

### **Matemática**

Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação do 1º e 2º graus. Sistema de equações do 1º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações-problema.

### **Noções de Informática**

Noções básicas de comandos do sistema operacional Windows. Gerenciamento de arquivos. Impressão. Noções básicas de uso e operação do aplicativo Microsoft Word; formatação e configuração do texto, correção de documentos. Internet e correio eletrônico. Noções de segurança de informações.

## **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Extrato do **Contrato nº 73/PGJ/2017.**

Processo: PGJ/10/2638/2017.

Partes:

1-. **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **FUNDO ESPECIAL DE APOIO DE DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO** representado pela sua Procuradora-Geral

Adjunta de Justiça Administrativa **Nilza Gomes da Silva**.

**2- D A ARAGÃO COMÉRCIO - ME**, representada por **Diego Armando Aragão**.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 30/PGJ/2016 – Ata de Registro de Preço n. 11/PGJ/2016.

Amparo Legal: Lei 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 (e alterações).

Objeto: Aquisição de aparelho condicionador de ar tipo bi split inverter, composto por três unidades distintas, 1 condensadora (externa) e 2 evaporadoras (internas); ciclo frio ou reverso; capacidade total: 18.000 BTU/h (2 x 9.000 Btu's); comando remoto sem fio com *display* de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: Elgin – 45UAQE240032/45UAQI900002 (lote 6 / item 6.1).

Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo bi split 18.000 Btu's (2 x 9.000) (lote 6 / item 6.2). Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado (lote 6 / item 6.4).

Valor total: R\$ 8.550,00, nos termos das Notas de Empenho nº 2017NE000121 e 2017NE000122, de 01.08.2017.

Vigência: 22.08.2017 a 22.08.2018.

Data de assinatura: 22.08.2017.

Extrato da **Nota de Empenho 2017NE000177 de 10.10.2017** - Processo PGJ/10/2639/2017.

Credor: SMARTWAVE NETWORKS DO BRASIL LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Aquisição de pontos de acesso para ambientes externos. 1. Ser novos, sem uso, e estar em fase de fabricação, ou seja, os seus componentes devem estar sendo fabricados regularmente, não podendo ser equipamentos descontinuados. 2. Ser do mesmo fabricante da controladora e software de gerenciamento. 3. Classificação IP-67. 4. Aderente aos padrões 802.11a, 802.11b, 802.11g, 802.11n e 802.11ac. 5. Funcionamento simultâneo nas bandas de 2.4 GHz e 5 GHz. 6. Alimentação PoE 802.3at/af 7. Montagem em parede ou poste. 8. Potência de transmissão de pelo menos 25 dBm em 2.4 GHz e 25 dBm em 5 GHz. 9. Suportar, no mínimo, 16 (dezesesseis) SSIDs simultâneos. 10. Capacidade de conexão de, pelo menos, 270 dispositivos simultâneos. 11. Suporte integrado a NAT e DHCP. 12. Suporte a IPv4 e IPv6. 13. Suporte ao padrão 802.1q (VLAN) 14. Controle de admissões e balanceamento de carga. 15. Balanceamento de banda. 16. Limitação de banda por usuário ou WLAN. 17. Possibilidade de estabelecimento de contas de convidados. 18. Interface web para configuração. 19. Possibilidade de implantação independente ou gerenciado por controladora. 20. Configuração automática pela controladora. 21. Porta Ethernet. 22. Alimentação PoE. 23. Segurança: 1. Suporte aos padrões WPA e WPA2 (802.11i). 2. Criptografia TKIP, AES e geração dinâmica de chaves criptográficas. 3. Autenticação baseada no padrão 802.1x e por endereço MAC. 4. Controle de acesso L2 (MAC) e L3/4 (IP e protocolo). 5. Reconhecimento e controle de aplicativos. 6. Autenticação de novos usuários, por meio de página web. 7. Implementar associação dinâmica de usuário à VLAN, com base nos parâmetros da etapa de autenticação via IEEE 802.1x. 24. Garantia de 12 (doze) meses padrão de mercado. Marca: Ruckus (item 4), Switch gerenciável. 1. Gerenciamento web. 2. Compatível com protocolos SNMPv1, v2c e v3. 3. Registro de sessão, fornecendo informações detalhadas de identificação e solução de problemas 4. Controle de broadcast 5. Priorização de tráfego. 6. Compatível com IPv4 e IPv6. 7. Controle de acesso por MAC e IP. 8. Suporte à SSL 9. Suporte ao padrão 802.1q (VLAN) 10. Pelo menos, 24 portas 10/100/1000 RJ-45 com detecção automática (10BASE-T tipo IEEE 802.3, 100BASE-TX tipo IEEE 802.3u). 11. Pelo menos, 2 portas SFP com funcionalidade dupla de 1000 Mbps (1000BASE-T tipo IEEE 802.3ab) 12. Processador de 500MHz. 13. Memória flash de 32MB. 14. Buffer de 512KB. 15. Memória RAM de 128MB. 16. Capacidade de routing/switching, pelo menos 5 Gbps 17. Voltagem de entrada: 110 a 240V automático. 18. Garantia de 12 (doze) meses padrão de mercado. Marca: Ruckus (item 6).

Valor: R\$130.000,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2017NE000177, de 10.10.2017. Ata Registro de Preços nº 02/04 decorrente do Pregão Eletrônico para registro de preços nº 12/2016 da Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador – Exército Brasileiro.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

Extrato da Nota de **Empenho 2017NE004972 de 10.10.2017** do Processo PGJ/10/3530/2017.

Credor: NEWPC TECNOLOGIA – EIRELI – ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 50/PGJ/2016 – **Ata Registro de Preços nº 15/PGJ/2016**.

Objeto: Aquisição de apoio para mouse, em gel, formato ergonômico, medindo aproximadamente 22cm de largura x 26cm de comprimento (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), com base em borracha antiderrapante, composição: tecido sintético cor preta, elastômero e gelatina de silicone; embalado em material plástico transparente. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: NEWPC (item 2, apoio para teclado, em gel, formato ergonômico, medindo aproximadamente 50cm de comprimento x 10cm de largura (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), tecido na cor preta, com base aderente, composição: elastômero, tecido e gelatina de silicone; embalagem em material plástico transparente. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: NEWPC (item 3) e mouse óptico



USB, 800DPI de resolução, com Plug & Play, 2 botões, botão de rolagem (scroll), cor preta. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: HP, Microsoft e Logitech. Marca: LOGITECH M90 (item 27).

Valor: R\$ 3.520,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2017NE004972, de 10.10.2017.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

Extrato da Nota de **Empenho 2017NE004973 de 10.10.2017** do Processo PGJ/10/3527/2017.

Credor: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA-ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 14/PGJ/2017 – **Ata Registro de Preços nº 03/PGJ/2017**.

Objeto: Aquisição de coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, profundidade de no mínimo 20 cm, bocal medindo no mínimo 20 cm, cabo metálico. Marca: Princesa (item 3), colher de café, fabricada em aço inox, inteiriça, espessura de no mínimo 1 mm, e 10 cm de comprimento aproximadamente (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: Viel (item 4), colher de sopa, fabricada em aço inox, inteiriça, espessura de no mínimo 1 mm, e 19 cm de comprimento aproximadamente (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: Simonaggio (item 6), copo de vidro liso, transparente, capacidade mínima de 300 ml, medindo aproximadamente 7,8 cm de diâmetro na parte superior, e 12 cm de altura (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: Nadir (item 7), faca de mesa inteiriça, fabricada em aço inox, corte serrilhado, medindo aproximadamente 20 cm (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: Catuai (item 9), garfo fabricado em aço inox, inteiriço, espessura de no mínimo 1 mm e 19 cm de comprimento aproximadamente (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: Simonaggio (item 12), peneira plástica ou metálica, para chá, medindo aproximadamente 19 cm de diâmetro (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos). Marca: Km (item 20) e porta-copo (descanso para copo), redondo, inteiriço em inox, medindo aproximadamente 10 cm de largura (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos). Marca: Brinox (item 21).

Valor: R\$3.465,50 nos termos da Nota de Empenho nº 2017NE004973, de 10.10.2017.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CAMPO GRANDE

#### **Edital nº 0016/2017/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na avenida Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, em Campo Grande-MS, Cep.: 79003-027, telefone: (67) 3317-4067.

#### **Inquérito Civil nº 06.2017.00001738-0**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** Estado de Mato Grosso do Sul

**Objeto(s):** Apurar a informação sobre a inexistência de Fundo Estadual de Meio Ambiente (art. 73 da Lei n. 9.605/98)

Campo Grande, 16 de outubro de 2017

**LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA** - Promotor de Justiça

#### **Edital nº 0017/2017/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na avenida Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, em Campo Grande-MS, Cep.: 79003-027, telefone: (67) 3317-4067.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001737-9

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** Maurício Sousa da Silva

**Objeto(s):** Apurar irregularidade no processo de descarte de lixo e entulhos, bem como na criação de animais, como porcos, galinhas e patos em área pública.

Campo Grande, 16 de outubro de 2017

**LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA** - Promotor de Justiça

#### TRÊS LAGOAS

#### **Edital n. 0001/2017/07PJ/TLS**

A 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, n. 860, Centro.

#### **Procedimento Preparatório n. 06.2017.00001902-2**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** Comercial São Paulo Minas Veículos Ltda

**Assunto:** Apurar fraude contra consumidores pela empresa Comercial São Paulo Minas Veículos Ltda-ME, CNPJ nº 15.200.542/0001-85, sediada na Avenida Barão do Rio Branco, 1459, sobreloja, sala 01, Centro, Andradina-SP. Três Lagoas/MS, 04 de outubro de 2017.

**ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS** - Promotora de Justiça em substituição legal

---

### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

---

#### APARECIDA DO TABOADO

---

**Edital nº 003/1ªPJ/2017**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Jardim Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

**Inquérito Civil nº 06.2017.00001754-6/1ªPJ/2017**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul – SANESUL

**Assunto:** Apurar a utilização de asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, na rede de abastecimento e distribuição de água do município de Aparecida do Taboado, em contrariedade a Lei Federal n.º 9.055/95.

Aparecida do Taboado/MS, 16 de outubro de 2017.

**OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO** - Promotor de Justiça

**Edital nº 004/1ªPJ/2017**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Jardim Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

**Inquérito Civil nº 06.2017.00001792-4/1ªPJ/2017**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Município de Aparecida do Taboado

**Assunto:** Apurar eventual superfaturamento no Contrato nº. 011/2016.

Aparecida do Taboado/MS, 16 de outubro de 2017.

**OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO** - Promotor de Justiça

**Edital nº 005/1ªPJ/2017**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Jardim Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

**Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001793-5**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Município de Aparecida do Taboado

**Assunto:** Apurar eventual irregularidade no Procedimento de Dispensa de Licitação nº. 042/2015.

Aparecida do Taboado/MS, 06 de outubro de 2017.

**OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO** - Promotor de Justiça

---

### BONITO

---

**Edital nº 020/2017/1ªPJBTO.**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito/MS, que atua na área de Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar, na Rua Lúcio Borralho, s/nº - Vila Donária, Edifício Próprio, em Bonito/Mato Grosso do Sul.

**Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003650-0.**

**Requerentes:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** A Apurar.

**Assunto:** Acompanhar a concorrência 052/2017-CLO/AGESUL, que tem como objeto o recapeamento, ciclovias e iluminação da rodovia MS-178, Trecho: Bonito - Entr. BR 267/MS, Subtrecho: Bonito - Aeroporto Público de Bonito, no Município de Bonito/MS, numa extensão de 14,160 Km.

Bonito/MS, 04/10/2017.

**JOÃO MENECHINI GIRELLI** - Promotor de Justiça

---

### COXIM

---

**RECOMENDAÇÃO Nº 001/2017****Autos de IC nº 042/2012**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS, no uso das atribuições previstas no art. 129, inciso III da Constituição Federal; art. 27, parágrafo único, IV da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), art. 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994), Resolução 165/CNMP, de 28 de março de 2017 e art. 44 da Resolução PGJ nº 015/2007<sup>1</sup>;

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública **para a proteção do patrimônio público e social**, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

**CONSIDERANDO** que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”<sup>2</sup>;

**CONSIDERANDO** que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”<sup>3</sup>, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

**CONSIDERANDO** que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

**Ilegalidades nas doações de terrenos públicos do Coxim, que foram realizadas sem lei autorizativa e sem a necessária aprovação e registro do loteamento.**

**CONSIDERANDO** que, nos autos do Inquérito Civil nº 042/2012, restou demonstrado que a então prefeita de Coxim, no mandato 2009-2012, **DINALVA GARCIA LEMOS DE MORAIS MORÃO DETERMINOU (fl. 398, IC nº 042/2012) o loteamento de imóvel com área 5.923,55m², matriculado no Cartório de Imóveis de Coxim sob o número 23.401, situado na Avenida Frei Cirino João Primo, Lote 05, bairro Vila Bela III, Coxim-MS, ao lado do cemitério Vila Bela (fls. 515-711, IC nº 042/2012) para fins de doação a populares;**

**CONSIDERANDO** que o referido Lote nº 05, nos termos do projeto de loteamento (fl. 400, IC nº 042/2012), daria lugar à Quadra nº 53, contendo 25 lotes;

**CONSIDERANDO** que a então prefeita **realizou a doação dos lotes** com a emissão de Títulos Provisórios aos beneficiários por ela escolhidos, eis que não havia critério objetivo para a seleção de donatários (fls. 515-711, IC nº 042/2012);

**CONSIDERANDO** que consta dos títulos provisórios emitidos que a doação foi realizada com fulcro em autorização legislativa conferida para Lei municipal nº 1.568 de 04 de abril de 2012 (fl. 401, IC nº 042/2012);

**CONSIDERANDO** que a Lei municipal nº 1.568 de 04 de abril de 2012 autorizou o Poder Executivo municipal a efetuar a doação de até 200 lotes localizados na área desmembrada nº 01 – Vila Bela III, **constantes da matrícula nº 15.990 e não dos terrenos localizados no Lote nº 05, que estava matriculado sob o número 23.401** (ofício do Cartório de Imóveis de fls. 271-272, IC 042/2012);

**CONSIDERANDO**, portanto, que foram realizadas 23 doações de lotes à população, sem a existência de lei autorizativa, sem avaliação (art. 17, Lei nº 8.666/93) e sem a existência de critério objetivo de escolha das pessoas que figuravam no

<sup>1</sup> Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

<sup>2</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

<sup>3</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

cadastro (fl. 39-40, do IC 042/2012);

**CONSIDERANDO** que o projeto de loteamento do Lote nº 05, da **Avenida Frei Cirino João Primo, bairro Vila Bela III** determinado pela ex-prefeita, **não foi aprovado no Setor de Planejamento Urbano e nem foi registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Coxim;**

**Ilegalidade das doações, que foram realizadas em período eleitoral.**

**CONSIDERANDO** que as doações (os títulos provisórios de doação foram firmados entre outubro de novembro do ano de 2012), foram realizadas em ano de eleições municipais, o que constitui conduta vedada aos agentes públicos, conforme o disposto no art. 73, §10º da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) que dispõe: **“No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.”** É certo que tal fato constitui improbidade administrativa.

A efetivação de loteamento sem licença ambiental e a promoção de doações configurou o crime previsto no art. 50, inciso I e III c.c. parágrafo único da Lei nº 6.766/79.

**CONSIDERANDO** que a Lei de Parcelamento do Solo – loteamentos e desmembramentos (Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979) considera como loteamento, e não mero desmembramento, o parcelamento do solo em que ocorra a “abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes” (art. 2º, §1º, Lei nº 6.766/79).

**CONSIDERANDO** que o parcelamento de solo, principalmente na modalidade “loteamento”, no qual há a abertura logradouros que constituem bens de uso comum do povo, **reclamam licenciamento urbano e também ambiental**, o que inexistiu no presente caso (consulta informação Técnico-Jurídica nº 04, do MPMO – fls. 724-732);

**CONSIDERANDO** que os lotes foram doados sem que houvesse um critério objetivo da escolha dos donatários, havendo a notícia de que ex-prefeita saiu às ruas para oferecer, aos populares, os lotes irregulares de que trata a presente recomendação – oitiva de Sérgio Barbosa dos Santos (fl. 355, IC 042/2012);

**CONSIDERANDO** que efetuar loteamento sem autorização do órgão competente ou em desacordo com as regras da Lei nº 6.766/97, o que ocorreu na hipótese em análise, configura o crime previsto no art. 50, inciso I, da aludida lei, punido com penal de 1 (um) a 4 (quatro) anos de reclusão, **motivo pelo qual a ex-prefeita será denunciada criminalmente;**

**CONSIDERANDO** que a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) estabelece em seu art. 10, inciso III, como hipótese de ato de improbidade capaz de gerar dano ao patrimônio público - “doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie”, **fato que foi praticado pela ex-prefeita**, visto que doou lotes, sem autorização legal, sem aprovação ou registro loteamento e sem o devido licenciamento ambiental, **motivo pelo qual será proposta ação de improbidade administrativa;**

**CONSIDERANDO** que é dever do gestor público, no caso, do Excelentíssimo Prefeito Municipal, bem como de seu secretariado, zelarem pelo correto cumprimento das leis, bem como buscar a lisura das atividades públicas e dispensar mecanismos para a constante moralização das funções e atividades administrativas;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 78, inciso XXXIV da Lei Orgânica do município de Coxim, cabe ao alcaide adotar as providências para a conservação e salva-guarda do patrimônio municipal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se estancar os prejuízos já causado ao patrimônio público (e urbanístico) da cidade de Coxim, o que pode ser feito mediante o uso do poder administrativo conferido ao prefeito de Coxim-MS, autorizado que é pelo ordenamento jurídico pátrio a declarar nulos os atos praticados em contraposição à Lei e à Constituição;

**CONSIDERANDO** a necessidade de instauração de procedimentos administrativos, no âmbito do Poder Executivo Municipal, que assegure a ampla defesa e contraditório, visando à declaração de nulidade ou revogação dos títulos provisórios de doação referentes aos lotes situados na **Avenida Frei Cirino João Primo, Lote 05, bairro Vila Bela III, Coxim-MS** até porque consta dos aludidos títulos provisórios (cláusula segunda) a necessidade de o outorgado manter, no local, morada própria, como condição de aquisição plena da propriedade e **ninguém edificou no local.**

**RECOMENDA** ao Excelentíssimo Prefeito de Coxim-MS, **ALUIZIO SÃO JOSÉ**, com fundamento no art. 27, parágrafo

único, inciso IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, que:

I – instaure procedimentos administrativos, assegurando prazo razoável para o exercício da ampla defesa e contraditório, **visando à declaração de nulidade ou revogação de todos os títulos provisórios decorrentes das doações de terrenos do Lote 05, da Avenida Frei Cirino João Primon, bairro Vila Bela III, Coxim-MS – títulos acostados às fls. 516-711, do IC nº 042/2012). O alcaide poderá, nos procedimentos administrativos, suspender liminarmente a validade ou eficácia dos títulos provisórios, com a decretação da proibição de edificação ou ocupação dos terrenos;**

II – os procedimentos administrativos de declaração de nulidade ou revogação deverão ser finalizados em tempo também razoável, entendendo-se assim o prazo médio de 120 dias;

III – O Exmo. Prefeito de Coxim deverá informar a esta 1ª Promotoria de Justiça, no prazo de até 05 (cinco) dias, se vai cumprir integralmente a presente recomendação;

IV - O descumprimento da presente recomendação será interpretado como conduta de ratificação, pelo atual prefeito, dos atos criminosos e ilegais praticados pela gestão pretérita em relação às doações dos terrenos localizados no Lote 05 **da Avenida Frei Cirino João Primon, bairro Vila Bela III, Coxim-MS (visto que sem lei autorizativa, promovidas em ano eleitoral, sem critério objetivo de escolha dos donatários, sem aprovação e registro do loteamento no cartório de imóveis e sem licença ambiental) o que ensejará a proposição de ação de improbidade administrativa;**

V – Encaminhe-se o teor deste expediente ao Excelentíssimo Prefeito de Coxim-MS, senhor Aluízo São José ao Procurador-Geral do Município, Dr. Douglas Wagner Van Spitzenbergen e ao Presidente da Câmara Municipal de Coxim, Vladimir Ferreira;

VI – Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução nº 015/2007-PGJ;

VII – Encaminhe-se cópia da Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público;

VIII- Decorrido o prazo de cinco dias, com ou sem resposta, o serviço de apoio deverá certificar nos autos deste Inquérito Civil e fazer a conclusão.

Coxim-MS, 08 de outubro de 2017.

**MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO** - Promotor de Justiça

---

**FÁTIMA DO SUL**

---

#### **Edital nº. 34/2017**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000603-8 no Inquérito Civil Público n. 06.2017.00000603-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

#### **Inquérito Civil Público n. 06.2017.00000603-8**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** A apurar

**Assunto:** Apurar eventual utilização de maquinários do Município de Jateí para fins particulares.

Fátima do Sul-MS, 09 de outubro de 2017.

**ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR** - Promotor de Justiça

#### **Edital nº. 35/2017**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000602-7 no Inquérito Civil Público n. 06.2017.00000602-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

#### **Inquérito Civil Público n. 06.2017.00000602-7**

**Requerente:** Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** A apurar

**Assunto:** Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente em direcionamento de licitação às empresas para aquisição de medicamentos para o Município de Fátima do Sul, no procedimento de Carta Convite n. 02/2017.

Fátima do Sul-MS, 09 de outubro de 2017.

**ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR** - Promotor de Justiça

**Edital nº. 36/2017**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000594-0 no Inquérito Civil Público n. 06.2017.00000594-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

**Inquérito Civil Público n. 06.2017.00000594-0**

**Requerente:** Município de Fátima do Sul

**Requerido:** Eronivaldo da Silva Vasconcelos Júnior

**Assunto:** Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente em ilegalidades no Processo Licitatório n. 105/2016, Pregão Presencial n. 056/2016 (Registro de Preço para a contratação de serviços de hospedagem), bem como nas outras licitações feitas com este mesmo objeto nos anos anteriores, durante a gestão do ex-prefeito do Município de Fátima do Sul, Eronivaldo da Silva Vasconcelos Júnior.

Fátima do Sul-MS, 10 de outubro de 2017.

**ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR** - Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

**ÁGUA CLARA**

---

**Edital n. 18/PJAC/2017**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

**Inquérito Civil nº 06.2017.00000521-7**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requeridos:** A Apurar

**Assunto:** Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente do inadimplemento de valores decorrentes do pagamento de prestação de serviço concluída, objeto do contrato n. 68/2012 e oriundo do procedimento licitatório n. 45/2012, mediante cancelamento de nota de empenho.

Água Clara/MS, 09 de outubro de 2017.

**PAULO HENRIQUE MENDONCA DE FREITAS** - Promotor de Justiça Substituto

---

**ELDORADO**

---

**Edital nº 07/2017/PA-PJEd**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade.

**Procedimento Administrativo: nº 09.2017.00003719-7**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** A apurar

**Assunto:** Acompanhar as visitas aos estabelecimentos que mantenham presos, notadamente a Delegacia de Polícia deste Município.

Eldorado/MS, 16 de outubro de 2017.

**FELIPE ALMEIDA MARQUES** - Promotor de Justiça Substituto

**DIÁRIO OFICIAL DO MP**

*E-mail para envio de matérias:*

**[dompms@mpms.mp.br](mailto:dompms@mpms.mp.br)**